

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Obras anunciadas pelo Governo “não criam riqueza no país”



## e “aumentam o fosso na distribuição do rendimento”

### Destaques:

• **Manuela Ferreira Leite critica “opulência” do PS numa região com problemas sociais graves**

Em “Actividades da Presidência”

• **Intervenção do Líder Parlamentar do PSD, no debate quinzenal com o Primeiro-Ministro**

Em “Parlamento”

• **Com Manuela Ferreira Leite, os TSD assumem resolutamente a defesa das condições de vida dos trabalhadores**

Em “Actividades dos TSD”

Actividades da Presidência

## As obras anunciadas pelo Governo “não criam riqueza no país” e “só aumentam o fosso na distribuição do rendimento”.

A presidente do PSD advertiu hoje para as consequências da crise financeira internacional nas pequenas e médias empresas (PME), porque o país “não tem bancos a falir”, mas tem “um problema de crédito escasso e caro”.

Falando no encerramento do Conselho Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), em Santarém, Ferreira Leite advertiu para as consequências das dificuldades de sobrevivência das pequenas e médias empresas no que respeita ao emprego.

Afirmando que o endividamento do país faz com que o crédito para as empresas fique “escasso”, e portanto caro, Manuela Ferreira Leite advertiu que as PME são as mais afectadas, o que tem consequências no emprego.

“Quando o Estado tem uma política em que o crescimento é feito à base do investimento do próprio Estado, tomando a iniciativa de investir e de absorver o crédito para si, não cria riqueza nem emprego”, afirmou, considerando que as obras anunciadas pelo Governo “não criam riqueza no país” e “só aumentam o fosso na distribuição do rendimento”.

Manuela Ferreira Leite disse que, se houver “um mínimo de bom senso”, o Governo não deixará de aceitar a proposta feita esta semana pelo PSD no parlamento, para que o pagamento do IVA pelas empresas seja feito não no momento da entrega da factura mas



no momento do pagamento.

### O PS “Governa por anúncios” e já chegou ao extremo de “anunciar que vai anunciar”

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, acusou hoje o PS de “governar por anúncios”, uma “originalidade” que, afirmou, “já chegou ao extremo de anunciar que vai anunciar”.

Manuela Ferreira Leite encerrou hoje o Conselho Nacional dos Trabalhadores Social-Democratas

(TSD), que decorreu em Santarém, acusando o Governo da “verdadeira originalidade” de, ao contrário do que normalmente acontece em véspera de eleições, “não mostrar obra, porque senão teria de mostrar as estatísticas, que são um desastre”.

Em vez disso, anuncia que vai fazer e já chegou ao extremo de anunciar que vai anunciar”, disse, dando como exemplo o ministro das Finanças ter “anunciado que vai anunciar” medidas para a regulação do mercado financeiro.

A líder social-democrata afirmou que o Governo socialista tem ainda “outra originalidade”, a de fazer “oposição à oposição”.

“Está-lhes no sangue. É um caso nunca visto”, disse, considerando “masoquismo puro” pedir ao PSD que os critique e que “apresente ideias, propostas”.

Manuela Ferreira Leite apontou como “exemplo do que não deve ser feito em política, e o PS fê-lo”, a indicação de “um número certo” de criação de novos postos de trabalho.

No seu entender, o anúncio da criação de 150.000 novos postos de trabalho na actual legislatura, “além de falta de seriedade, dá ainda a ideia de que, por qualquer posto de trabalho criado, ainda temos de agradecer ao Governo”.

Para Manuela Ferreira Leite, se os 150.000 postos de trabalho anunciados o foram em termos brutos e não líquidos isso representa uma “desonestidade total”, pelos empregos que são destruídos.

A presidente do PSD advertiu os trabalhadores social-democratas de

que, a prosseguir a actual política económica, “não augura melhores dias”.

### Manuela Ferreira Leite critica “opulência” do PS numa região com problemas sociais graves

A líder do PSD acusa José Sócrates de ter feito uma «lamentável ostentação de riqueza», numa região cheia de problemas de desemprego, ao fazer um comício «à americana» em Guimarães.

«É quase uma afronta que o primeiro-ministro tenha feito um espectáculo de opulência numa região cheia de problemas sociais e de pobreza», afirmou Manuela Ferreira Leite, quinta-feira passada, no final de uma reunião com militantes do Distrito de Braga.

A presidente do PSD considerou que o «espectáculo de riqueza e opulência» que o PS levou a Guimarães e o fingimento na leitura do discurso no palco são precisamente o tipo de espectáculo que o PSD nunca fará.

### O PSD considera positivo o alerta da CGTP para os problemas do País

O vice-presidente do PSD, António Borges, considera positivo que a CGTP alerte as forças políticas e a sociedade em geral para as consequências da «política económica errada» que o Governo tem seguido.

António Borges, que falava quarta-feira da semana passada, no final de um encontro entre a direcção do PSD e uma delegação da CGTP/IN, declarou que o PSD concorda com o retrato da situação económica e social do país traçado pela central sindical.

«A CGTP faz muito bem em chamar a atenção para os problemas económicos e sociais do país porque as pessoas estão a sentir na pele as consequências de uma política económica errada, seguida pelo governo socialista», frisou António Borges.

O vice-presidente do PSD lembrou ainda o facto de o Governo ter insistido num modelo de Segurança Social mais vulnerável e que resulta em pensões mais baixas e que está a provocar «o empobrecimento de muita gente». – Fontes: Lusa, PL





# «Lider» Parlamentar do PSD denuncia “promiscuidade total” nos investimentos públicos

O líder parlamentar do PSD afirmou, no dia 24, que existe uma “promiscuidade total” nos investimentos públicos e perguntou ao primeiro-ministro se considera normal “que o Estado se intrometa num concurso para dar garantias a uma empresa”.

No debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento, Paulo Rangel retomou a questão dos investimentos públicos, defendendo que “a actual crise financeira” reforça a necessidade de discutir os encargos do Estado com as obras públicas.

“Neste momento existe uma verdadeira cortina de fumo sobre os investimentos públicos. Todos os dias vemos nos jornais que o Estado, empresas públicas, se atravessam com garantias, com responsabilidades, com cartas de conforto, que se intrometem



Questionado se haverá liberdade ou disciplina de voto no PSD em relação aos projectos do BE e Verdes que permitem o casamento entre pessoas do mesmo sexo que serão votados no dia 10 de Outubro, o líder parlamentar do PSD recordou a tradição do partido.

“Todos conhecem sobre estas matérias desde sempre as opções do PSD. Neste tipo de matérias – aborto, divórcio, porventura também esta – aquilo que tem havido sempre é uma posição mais de liberdade de voto”, disse.

“O PSD não renuncia a ter uma posição expressa, mas dá liberdade aos seus deputados”, acrescentou Paulo Rangel.

Interrogado sobre as declarações do vice-presidente do PSD Paulo Mota Pinto, que na SIC-Notícias apontou um referendo sobre os casamentos entre pessoas do mesmo sexo como uma possibilidade, Rangel respondeu que



no meio de concursos”, afirmou o líder parlamentar do PSD.

“Senhor primeiro-ministro, por acaso achará normal que o Estado intervenha a meio do concurso para dar garantias a uma empresa? Isto é promiscuidade total”, acrescentou.

Paulo Rangel quis também que José Sócrates dissesse “que investimentos é que vai cortar e que investimentos é que vai manter”, tendo em conta “a restrição do crédito resultante da crise financeira” e “a restrição do crédito resultante do endividamento público”.

“Quais os encargos financeiros do Estado naqueles que vai manter, quais as responsabilidades ou garantias o Governo tem vindo a assumir?”, questionou ainda o líder parlamentar do

isso “está totalmente fora da agenda”.

O líder parlamentar do PSD disse que a ideia de um referendo foi mencionada por Paulo Mota Pinto “a título pessoal e a título de hipótese”.

Questionado pela agência Lusa sobre a questão do casamento entre homossexuais, o secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes disse que o partido não tem ainda uma posição oficial sobre o assunto e que quando tiver esta será comunicada.

Paulo Rangel defendeu que “a Assembleia da República tem sempre legitimidade para legislar sobre todos os assuntos” e que o referendo é uma decisão política que, quanto ao casamento entre homossexuais, “não está em cima da mesa”, sublinhou.

O deputado do PSD Miguel Relvas defendeu hoje que deve haver liberdade na bancada social-democrata em relação ao casamento entre homossexuais.

“Cada um deve tomar a posição que entende, de acordo com a sua consciência”, disse, adiantando que a sua posição pessoal é “contra o casamento [dos homossexuais], mas a favor de uma solução jurídica que, perante os mesmos deveres, permita os mesmos direitos”.

## Grupo parlamentar vai promover em plenário, um debate sobre educação com um “modelo inédito, cujo objectivo será reunir a máxima participação”

O grupo parlamentar do PSD anunciou hoje que vai promover no dia 9 de Outubro um debate em plenário sobre educação com um “modelo inédito, cujo objectivo será reunir a máxima participação”.

O PSD tinha reservado a agenda da reunião plenária de 9 de Outubro, utilizando um agendamento potestativo.

Hoje, através de um comunicado com duas frases, o grupo parlamentar do PSD anunciou que a educação será o tema do debate.

“Trata-se de um grande debate sobre política educativa que irá desenrolar-se num modelo inédito, cujo objectivo será reunir a máxima participação”, refere o comunicado do PSD.

O partido não quis esclarecer como é que, respeitando o Regimento da Assembleia da República, vai realizar em plenário um debate com um modelo inédito e que reúna a máxima



PSD.

O primeiro-ministro, José Sócrates, deu a entender que o Governo não vai rever o seu plano de obras públicas e remeteu a questão para o PSD.

“Os investimentos que nós queremos estão claros. O que não está claro para o país, porque os senhores mais uma vez não respondem, é quais é que os senhores acham que deviam prosseguir. Isso é que é a boa pergunta que não tem resposta já há muitos meses, mas têm obrigação de a dar”, sustentou o primeiro-ministro, afirmando: “Diga lá, senhor deputado, quais são os investimentos que não apoiariam”.

Sócrates repisa assim o argumento de que não lhe compete governar e prestar contas, mas pedir à Oposição que lhe diga como deve exercer a sua missão. Além disso, a pergunta e o desafio foram feitos quando Paulo Rangel já tinha esgotado o seu tempo de intervenção, o que mostra bem a hipocrisia da pergunta.

## Liberdade de voto para os deputados sociais-democratas em relação ao casamento entre homossexuais

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, disse que deverá haver liberdade de voto para os deputados sociais-democratas em relação ao casamento entre homossexuais, de acordo com a tradição do partido.

Embora sem dar a decisão da liberdade de voto como certa, Paulo Rangel observou: “Isto para o PSD nunca foi um problema. Parece que para outros partidos é, mas para o PSD não é problema nenhum”.



participação.

### Medidas que melhorem a transparência dos mercados são sempre “positivas”

O PSD considerou que medidas que melhorem a transparência dos mercados são sempre “positivas”, mas lamentou o atraso do Governo em só agora anunciar iniciativas nesse âmbito.

“Qualquer medida para melhorar a transparência é positiva”, afirmou o vice-presidente da bancada social-democrata Hugo Velosa em declarações aos jornalistas no Parlamento.

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que em breve entrarão em vigor medidas para reforçar a capacidade de intervenção das entidades de supervisão, os deveres de informação das instituições, a transparência dos mercados e agravar o quadro sancionatório.

Numa reacção a este anúncio, Hugo Velosa criticou, contudo, o ‘timing’ do Governo, considerando que são medidas que “já vêm tarde”.

Apesar disso, acrescentou, o PSD irá analisar as medidas do Governo, podendo mais tarde também avançar com algumas propostas, nomeadamente relativamente à independência das entidades supervisoras.

“Vamos ponderar apresentar propostas”, disse.

O vice-presidente da bancada do PSD acusou ainda o Governo de com estas novas medidas querer “branquear algo que se passou e não devia ter acontecido”, numa referência ao caso do BCP.

“Estas medidas não justificam o que se passou no BCP”, salientou.

### PSD apresenta Reforma do Sistema Prisional

O PSD apresentou na sexta-feira na Assembleia da República um projecto-lei sobre a Reforma do Sistema Prisional que propõe alterações em matéria de execução de penas, uma das quais visa aumentar as competências do Ministério Público nesse domínio.

Quanto à instância judicial de execução de penas que mexe com a liberdade

condicional, o diploma do grupo parlamentar do PSD pretende alargar “significativamente as competências dos tribunais de execução de penas, expandir a respectiva rede nacional, aumentar as competências do MP junto desses tribunais e instituir a possibilidade de recurso ordinário das respectivas decisões em sede de modificação da execução da pena de prisão”.

No domínio da execução de penas, cria-se “a figura do recurso para uniformização de jurisprudência, de modo a assegurar uma efectiva igualdade na apreciação judicial das mesmas questões de direito”.

O deputado Montalvão Machado (PSD) considerou, em declarações à Agência Lusa, que este diploma tem “imensa actualidade, dada a situação de grande insegurança e violência que o país vive”, acrescentando que “não bastam medidas de curto prazo” e que são “precisas medidas legislativas de longo alcance”.

O deputado aludiu às modificações propostas para os tribunais de Execução de Penas, que versam sobre a liberdade condicional, num campo que tem a ver com a segurança e com a liberdade.

Montalvão Machado salientou que se trata de “uma lei de fôlego”, que ficou a aguardar algum tempo porque o Governo dizia, entretanto, que tinha pronto o Código de Execução de Penas.

Na exposição de motivos, o diploma assume-se como “um momento fundador de uma nova atitude face ao sistema prisional português”, permitindo, entre outros aspectos, assegurar “uma melhoria acentuada da situação das prisões portuguesas e do nível de reinserção social dos reclusos”.

Assume também o “firme propósito de promover uma efectiva e indispensável articulação entre o Ministério da justiça e o Ministério da saúde, tendo em conta as exigências e especificidades da saúde em meio prisional e a necessidade de garantir a responsabilização da prestação de cuidados de saúde aos reclusos”.

O diploma refere, no seu preâmbulo, que a reforma do sistema prisional “carece de ser acompanhada por um programa de renovação do parque penitenciário português, que deverá ser assumido e adoptado pelo Governo, quer na modalidade de construção de novos estabelecimentos prisionais, quer na da realização de grandes obras de reparação, modernização e melhoramento” dos já existentes.

Reconhecendo a importância da existência de mecanismos de avaliação do sistema e da reforma que é de longo prazo, defende-se a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Execução da Reforma com a função de “monotorizar e avaliar o grau de realização dos objectivos e concretização das medidas estabelecidas”.

“A reforma delineada no presente projecto de lei procura ser um instrumento decisivo para suplantar a profunda crise que há muito afecta o nosso sistema prisional”, diz o documento.

O diploma alude também a questões ligadas ao reforço das medidas de combate à entrada e circulação de estupefacientes nas cadeias, bem como a





cuidados de saúde primários.

Neste sector, aquilo a que assistimos na recta final do mandato do Governo é apenas à ampliação das doenças crónicas do sistema de saúde em Portugal e no Seixal em particular.

Os utentes do HGO e dos centros de saúde do Seixal, Amora e Corroios querem algumas respostas:

1 - Para quando o centro de Saúde Corroios/Vale de Milhaços?

2 - Vai o Governo manter a promessa de construir do Hospital do Seixal?

3 - Para quando a instalação da Extensão de Saúde em Fernão Ferro ao lado da USF para permitir que os utentes sem médico de família desta Freguesia sejam aí atendidos e não tenham de se deslocar para o Seixal?

4 - Como vai de facto atribuir médicos de família aos mais de 40.000 utentes que não o têm?

5 - As manifestações da população obrigaram Correia de Campos a prometer. O que falta fazer para que a Sr.<sup>a</sup> Ministra cumpra o prometido? – **Luis Rodrigues**

## **Fernando Pereira defende o limite de 0,2 mg/l de álcool para “condutores jovens e inexperientes, e, sobretudo, para os que transportam matérias perigosas”**

O deputado do PSD Fernando Pereira defendeu em Lisboa que “Portugal deve consagrar o limite de 0,2 mg/l de álcool para os condutores jovens e inexperientes, e, sobretudo, para os que transportam matérias perigosas”.

O parlamentar considerou que a medida deve, ainda, abranger os condutores dos transportes colectivos de crianças, dos transportes públicos e veículos comerciais.

Fernando Pereira, que interveio na Conferência Internacional de Lisboa sobre Segurança Rodoviária, propôs, também, “uma aposta séria nas campanhas de sensibilização”.

O deputado defende que se imponha a alteração em Portugal dos limites máximos da Taxa de Álcool no Sangue (TAS) para grupos específicos de utentes das estradas, já que - justificou - “os estudos comprovam que o risco de acidentes de viação relacionados com o álcool aumentam com a TAS”.

Disse que as razões da proposta são conhecidas, pois “cerca de um quarto dos acidentes rodoviários podem estar relacionados com o consumo de álcool”.

“São sobretudo os jovens entre os 18 e os 24 anos quem corre perigo. Nesta faixa etária, 35% a 45% das mortes devem-se a acidentes de viação”, avançou.

Acrescentou que, para os adolescentes, os acidentes de viação são a causa mais comum de morte (47% segundo diversas fontes europeias). No que se refere aos acidentes por condução sob influência do álcool, dois terços das pessoas envolvidas têm entre 15 e 34 anos, exemplificou.

Lembrou que “a nova legislação do transporte colectivo de crianças impõe que se venha a dar este passo complementar de forma a torná-lo mais seguro (seja ele público ou privado)”.

Assinalou que “o risco de envolvimento de um autocarro de grandes dimensões num acidente de viação mortal ou grave é maior do que o de um automóvel, por veículo/km, reflectindo o número maior de passageiros transportados nos autocarros”.

“As estatísticas demonstram que os acidentes mortais envolvendo veículos de mercadorias e autocarros de grandes dimensões são responsáveis por cerca de 18% de todos os acidentes mortais na EU”, venceu.

Realçou, ainda, que os acidentes que envolvem veículos de transportes de mercadorias perigosas podem ser muito graves.

Concluiu, frisando quer todos os estados-membros fixaram limites para a TAS, e que os estudos tendem a apontar para a conveniência de adoptar uma taxa máxima de 0.5 mg/l ou menos. – **Fonte: Lusa**

prestação de adequado apoio jurídico aos reclusos em articulação com a Ordem dos Advogados, entre muitos outros pontos.

O projecto teve como pano de fundo o trabalho desenvolvido pela Comissão para o Estudo e Debate do Sistema Prisional (criada em 2003 e presidida pelo Professor Freitas do Amaral) e que apresentou, sob a forma de relatório final, um diagnóstico completo do sistema prisional.

Foi com base nesse trabalho, que foi apresentado há anos no Parlamento uma proposta de Lei Quadro do Sistema Prisional, que agora o diploma do PSD pretende “dar continuidade”. – **Fontes: Lusa e Gab. Imp. GP/PSD/AR**

## **O Deputado Luís Rodrigues intervém sobre a petição da Comissão de Utentes da Saúde do Concelho do Seixal, que reivindica a reabertura dos Serviços de Atendimento Permanente de Corroios e do Seixal**

Infelizmente voltamos mais uma vez a debater os problemas do acesso aos serviços de saúde no Concelho do Seixal.

Digo infelizmente porque as carências ou se mantêm ou se agravaram e as promessas do Governo socialista continuam a não passar disso mesmo, bem como as boas intenções da Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Ministra, felizmente, conhece bem o grave problema da saúde no Distrito de Setúbal e em particular na área de influência do Hospital Garcia de Orta.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra sabe que os problemas de colapso das urgências do Hospital Garcia de Orta e da saturação do hospital são factos que se têm vindo a agravar.

No Seixal, a política seguida no encerramento de SAP's, o não cumprimento das promessas de construção do Centro de Saúde de Corroios/Vale de Milhaços e o elevado número de utentes sem médico de família obrigam os cidadãos a recorrerem cada vez em maior número ao hospital.

A manutenção de mais de 40.000 utentes sem médico de família no Concelho do Seixal é apenas o reflexo do falhanço das medidas aplicadas nos





# Parlamento Europeu aprova propostas de Carlos Coelho sobre “migração do SIS 2”

“Espero que este prazo seja a valer e que 2009 seja o ano do SIS 2” afirma Carlos Coelho

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou em Bruxelas dois relatórios do Deputado europeu do PSD Carlos Coelho sobre a migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II). Os dois Relatórios foram aprovados, respectivamente, por 450 votos a favor, 25 contra e 31 abstenções e por 492 votos a favor, 25 contra e 40 abstenções.

«O Sistema de Informação de Schengen (SIS) é a maior base comum europeia de dados, com um volume total (em Dezembro último) de 22.450.781 dados, dos quais 1.142.988 relativos a pessoas, que funciona como um sistema comum de informação, permitindo às autoridades competentes dos Estados-Membros cooperarem e trocarem as informações necessárias para o estabelecimento de uma área sem controlos nas fronteiras internas. Ver dossier sobre o SIS em [www.carloscoelho.eu/dossiers](http://www.carloscoelho.eu/dossiers)

Esta segunda geração do SIS integra já dados biométricos, novos tipos de alerta (por exemplo, introdução do mandato de detenção europeu) e novas funcionalidades no sistema (a fim de reforçar a segurança e assegurar uma utilização mais eficiente dos dados, por exemplo, através da interligação dos alertas), e alargar o acesso aos alertas por parte das autoridades a nível nacional ou comunitário, bem como dar resposta à necessidade de integrar novos Estados-Membros.

Na sua intervenção Carlos Coelho explicou que ambos instrumentos em debate foram analisados e que foi incluída a realização de um teste global que avalie se o nível de desempenho do SIS II é equivalente ao do actual sistema. Na sua opinião estas propostas resultam de “uma mudança na estratégia de migração.”

Carlos Coelho lembrou o processo que antecedeu a aprovação de hoje e as suas principais preocupações, pois o plano inicial era efectuar a migração de 15 Estados-Membros num processo que deveria demorar cerca de 8 horas, e entretanto houve um aumento para 25 Estados-Membros, o que tornou o processo muito mais complexo e difícil. Segundo Carlos Coelho,



“deverá ser criada uma arquitectura técnica provisória que permita que o SIS 1+ e o SIS II possam funcionar em paralelo durante um período transitório limitado. É uma solução prudente que merece a nossa concordância e que nos permite ter uma retaguarda no caso de algo correr mal.” Explicou ainda que durante esse período provisório será disponibilizada “uma ferramenta técnica, um conversor, que liga o sistema central do Sistema I ao sistema central do SIS II, permitindo-lhes processar a mesma informação e garantindo que todos os Estados-Membros permaneçam no mesmo nível.” Por fim lembrou que “o mandato atribuído à Comissão em 2001 caduca no final deste ano, em 2008.”

Na sua intervenção Carlos Coelho salientou ainda a necessidade de a Comissão Europeia continuar a dispor de um mandato para desenvolver o SIS II até que este esteja operacional, e exigiu que exista uma definição clara das competências que recaem sobre a Comissão Europeia e sobre os Estados-Membros, cuja descoordenação entre ambas tem sido, provavelmente, o “calcanhar de Aquiles” da transição para o SIS II

De seguida Carlos Coelho salientou que não é por causa do Parlamento Europeu que “o processo está atrasado” destacando também as recentes alterações propostas pelo Conselho que correspondem à maior parte das preocupações salientadas nos Relatórios Coelho hoje aprovados. Coelho destaca a clarificação de responsabilidades entre a Comissão e

os Estados-Membros.

Quase a terminar Carlos Coelho destacou o “excelente trabalho” que Presidência francesa levou a cabo para alcançar um bom acordo, que se afigurava difícil, entre a Comissão e os Estados-Membros e chamou também a atenção para o cumprimento das datas previstas pois “diversos técnicos têm dito informalmente que o mais provável é que esta data, uma vez mais, venha a não ser respeitada.”

Carlos Coelho encerrou a sua intervenção afirmando dois pontos

essenciais que o Parlamento Europeu considera fundamentais e que todos os grupos políticos apoiam:

Primeiro, que o Parlamento Europeu seja mantido informado semestralmente sobre a evolução do projecto.

Segundo, que o mandato atribuído à nova Comissão não seja um mandato sem prazo, que seja incluída uma norma que obriga à recon consulta do Parlamento Europeu se houver um atraso superior a um ano. – *Do nosso correspondente*

## Combustíveis: Carlos Coelho rejeita fixação administrativa dos preços mas defende intervenção selectiva nos impostos

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou uma posição comum sobre os preços da energia. O Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou esta resolução porque destaca a “discrepância entre o valor do crude nos mercados internacionais e o preço final dos combustíveis” pois segundo o Deputado “consegue abordar esta questão sensível sem ser em termos demagógicos como tem acontecido com alguns governos, como o Português.”

Segundo Carlos Coelho, em Portugal, o Ministro Manuel Pinho revelou “não apenas a sua profunda desorientação (e a limitação dos seus poderes para intervir) mas uma intromissão inadmissível na independência do regulador. Não passam de um wishful thinking num contexto pré-eleitoral.”

Carlos Coelho rejeita qualquer “fixação administrativa dos preços e bem como uma harmonização fiscal dos combustíveis a nível europeu” mas por outro lado admite “uma intervenção nos impostos (IVA e ISP) desde que seja temporária e selectiva a favor dos agregados familiares e sectores industriais mais atingidos.”

Para o Deputado Europeu do PSD a solução “passa essencialmente pelo reforço da regulação vigente sobre as petrolíferas. Não se espera da Autoridade da Concorrência que ande a reboque das declarações do Ministro ou das queixas dos consumidores, mas que actue dentro dos seus poderes de iniciativa superando o clima de desconfiança que paira sobre a sua capacidade fiscalizadora do sector petrolífero.”

Segundo Carlos Coelho, a “opinião pública portuguesa merece um esclarecimento cabal da ausência de práticas anti-concorrências na fixação dos preços.”

“A confirmarem-se, exigem-se da AdC uma intervenção imparcial e sanções exemplares” afirmou o Deputado do PSD. – *Marques Duarte*



Parlamento Europeu: Carlos Coelho defende medidas mais duras na luta contra a obesidade

## PE aprova relatório sobre os problemas de saúde ligados à nutrição, ao excesso de peso e à obesidade

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou hoje um relatório sobre o combate à obesidade que contou com o apoio do Deputado do PSD Carlos Coelho.

Entre as principais medidas propostas destacam-se a proibição da venda nas escolas de alimentos e bebidas com elevado teor de gordura, sal ou açúcar, distribuição de fruta nas escolas promovida pela UE, obrigatoriedade de dedicar três horas semanais do horário escolar às actividades físicas, IVA inferior a 5% para frutas e legumes.

Este Relatório é de extrema importância na medida em que solicita os Estados-Membros, as entidades locais e as autoridades escolares a controlar e melhorar a qualidade e as normas nutricionais das refeições nas escolas” sublinha Carlos Coelho.

Segundo o Deputado do PSD “é fundamental que seja sempre feita uma informação nutricional dos alimentos, porque, mais do que uma rotulagem clara e facilmente compreensível, os cidadãos europeus necessitam de elementos para fazerem escolhas saudáveis”.

A aprovação deste documento, contou ainda com o voto positivo de Carlos Coelho à elaboração de indicadores europeus como a medida da cintura e outros que indiquem factores de risco associados à obesidade, pois entende que estes indicadores são “muito úteis na monitorização do grau de risco em que a população se encontra” relativamente a inúmeras doenças relacionadas com obesidade.

Carlos Coelho explica que a compreensão de como a “obesidade abdominal se distribui na população permite o planeamento de acções mais eficazes para a redução deste relevante problema de nutrição e saúde pública.”

Segundo Carlos Coelho, há hoje “22 milhões de crianças com excesso de



peso ou obesidade na UE.” A obesidade é classificada como a “epidemia do século XXI” pela OMS e atinge países ricos e pobres. “É primordial incentivar campanhas e acções concretas de combate a esta problemática” afirma o Deputado Carlos Coelho. – *Marques Duarte*

## Carlos Coelho defende nova regulamentação para combater Ciberterrorismo

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu debateu em Bruxelas a questão do Terrorismo e a Protecção de Dados Pessoais com base em dois Relatórios dos Deputados Roure, Protecção de Dados Pessoais, e LeFrançois sobre o Combate ao Terrorismo. Carlos Coelho participou neste debate conjunto com a Comissão e com o Conselho e que contou com a presença do Comissário Barrot, Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela Justiça e Assuntos Internos e do Ministro francês dos Assuntos Europeus Jean-Pierre Jouyet em nome do Conselho.

Carlos Coelho lembrou, na sua intervenção, que com a Decisão Quadro que aprovada em 2002, “uniformizámos a definição de Terrorismo e as sanções aplicáveis, em todos os Estados Membros.”

Na opinião de Carlos Coelho, “o avanço das novas tecnologias de informação e de comunicação, nomeadamente a Internet, trouxeram um enorme número de vantagens para o dia-a-dia dos cidadãos. Os criminosos também tiram partido desta rede acessível, fácil, barata e poderosa.”

Segundo o Deputado existem já cerca de 5.000 sites de propaganda terrorista que “são instrumentos de radicalização e recrutamento, ao mesmo tempo, que servem como fonte de informações acerca de meios e métodos terroristas.”

Carlos Coelho propõe alterar a Directiva de 2002, de forma “a criar os

instrumentos necessários para fazer face a esta forma de ciberterrorismo. Apoio as alterações propostas pela Relatora que conciliam a urgência deste combate com o respeito imprescindível pela liberdade de expressão e de associação” referiu Carlos Coelho.

O Deputado do PSD lembrou ainda que é muito importante que os Estados Membros ratifiquem a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo (2005), de forma a garantir uma “aplicação em paralelo e complementar dos dois instrumentos, com um regime jurídico mais rigoroso e completo.”

Relativamente ao Relatório Roure, Carlos Coelho mostrou-se o seu apoio ao esforço da Relatora para alcançar um acordo político em relação à proposta de Decisão-quadro sobre a protecção dos dados pessoais no âmbito do III Pilar, que “não seja baseado no menor denominador comum, um nível de protecção mínimo de dados e com graves lacunas.”

A terminar Carlos Coelho reiterou a sua posição afirmando que “é fundamental e urgente que se adopte um instrumento jurídico que garanta a protecção de dados, no âmbito do III Pilar e que assegure um nível de protecção dos dados pessoais pelo menos equivalente ao nível que é garantido, no I Pilar, pela Directiva 95/46.”

– *Do nosso correspondente*



Vasco Graça Moura e Carlos Coelho criticam duramente a acção do Governo Português, na implementação de Bolonha

## Parlamento Europeu critica implementação de Bolonha pelos Estados-membros

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, os Deputados Europeus do PSD Carlos Coelho e Vasco Graça Moura apoiaram um Relatório da Deputada do PPE Doris Pack sobre o Processo de Bolonha e a Mobilidade Estudantil que critica a forma como os Estados-Membros implementaram a Declaração de Bolonha. Os Deputados do PSD criticam duramente a forma como o governo Português geriu este processo.

Em véspera do décimo aniversário da Declaração, a relatora pediu uma reflexão e debate sérios sobre os caminhos que Bolonha tem seguido

com a aplicação de que tem sido alvo nos vários Estados Membros.

O Grupo Europeu do PSD não quis deixar de reforçar a importância que deve ser atribuída a esta questão. Este Relatório afirma que a redefinição séria destes objectivos, “impõe a necessidade de uma reflexão quanto ao que tem sido a implementação do Processo de Bolonha nos Estados-Membros.” Segundo o Parlamento Europeu é “necessário ponderar se as políticas seguidas em nome de Bolonha têm, de facto e como pretendido, conduzido à consolidação de um Espaço Europeu do Ensino

Superior, capaz de responder aos desafios de competitividade à escala internacional.”

Carlos Coelho afirma que é necessário saber se “a implementação nos vários Estados-Membros aconteceu como no caso Português - feita pela imposição, sem adequação de prazos e desacompanhada de consciencialização para as mais valias de Bolonha. Uma má implementação pode ter hipotecado os objectivos de Bolonha no passado, arredando a comunidade académica de um Processo de que devia ter sido peça fundamental.” Para Carlos Coelho, “é

agora tempo de evitar que hipoteque a redefinição desses objectivos para o futuro.”

Por seu lado, Vasco Graça Moura considera “fundamental que se exortem os Estados-Membros a verificar qual o impacto deste Processo na adequada qualificação e preparação dos jovens. É preciso, como salienta a nossa Relatora Doris Pack, que se não percam de vista os objectivos do Processo e a noção da importância central dos Estudantes em todas as questões que dizem respeito à sua educação.”

– *Do nosso correspondente*

## Duarte Freitas propõe regulamentação da exportação de CO2 para captura e armazenamento geológico

Está neste momento a ser discutida na Comissão Parlamentar de Ambiente do Parlamento Europeu o relatório sobre a proposta de Directiva relativa à armazenagem geológica de dióxido de carbono (CO2).



A Directiva actualmente em discussão é de grande importância no contexto actual da luta contra as alterações climáticas. A UE tem de continuar a apostar no desenvolvimento de energias renováveis, não devendo, no entanto, descuidar a possibilidade da captura e armazenagem de CO2.

De facto, o mundo ainda irá depender durante muitas décadas do carvão para produzir uma parte significativa da sua electricidade. Sem a utilização das técnicas de captura e armazenagem de CO2 para evitar a sua libertação para a atmosfera, será muito difícil

alcançar o objectivo de uma redução global das emissões de gases com efeito de estufa, necessária para prevenir as consequências mais gravosas das alterações climáticas.

Tendo em conta os insuficientes estudos existentes em Portugal e não tendo o nosso país, à partida, abundância de locais propícios para o armazenamento de carbono, convém deixar bem claro, nesta Directiva, a possibilidade de exportação de CO2 e a sua respectiva regulamentação.

Assim, o Deputado Europeu Duarte Freitas apresentou uma proposta que consiste na introdução de provisões específicas para a exportação de CO2, no sentido de facilitar e regular os actos de exportação, evitando deste modo os excessos que poderiam, eventualmente, ser praticados devido ao vazio legislativo.

Com esta proposta, Duarte Freitas pretende “aliviar a carga burocrática e racionalizar o procedimento de autorização de exportações que pode abarcar diversos actos de exportação”.

O Deputado propõe um limite para o período de tempo da autorização, o que possibilita a monitorização regular das operações e uma actualização periódica das condições estipuladas na autorização de exportação.

Para Duarte Freitas, “a autorização de exportação pode abarcar diversos actos de exportação para uma quantidade de CO2 previamente estipulada e por um período de tempo com duração não superior a um ano, desde que sejam efectuadas nas mesmas condições operacionais de captura, transporte e armazenagem”.

Duarte Freitas espera que, com esta Directiva, se torne mais viável o combate às alterações climáticas na UE e que Portugal possa tirar o maior partido possível da tecnologia de captura e armazenagem de CO2.

– *Duarte Marques*

## Sérgio Marques em Missão de Observação ao Referendo no Equador



O Deputado Europeu do PSD Sérgio Marques integra a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia ao Referendo Constitucional no Equador. Sendo Membro Suplente da Delegação para as Relações com os Países da Comunidade Andina, em que se insere a Venezuela, o Deputado Madeirense irá deslocar-se à América do Sul, entre os dias 26 e 29 de Setembro, com o intuito de observar o acto eleitoral.

A vertente parlamentar desta Missão é composta por 6 Deputados, delegação que se enquadra numa estrutura mais vasta composta por mais de 30 Observadores, sendo 16 destes

Observadores de Longo Prazo e que é chefiada pelo também português José Ribeiro e Castro.

Após anos de instabilidade política, o Equador atravessa um período de transição, tendo sido adoptado pela Assembleia Constituinte uma proposta de texto constitucional que será sujeito a referendo no próximo dia 28 de Setembro.

Até agora, a campanha tem decorrido com relativa acalmia, apesar da natural bipolarização entre o “Não” – defendido pela Direita e Centro-Direita – e o “Sim” que conta com o apoio da Esquerda, Centro-Esquerda e ainda do Presidente Correa.

É neste contexto altamente polarizado e numa conjuntura latino-americana muito sensível, face aos recentes acontecimentos na Bolívia e no próprio Equador, que a Missão de Observação da União Europeia irá desempenhar o seu trabalho que se reveste, naturalmente, da maior importância, já que poderá contribuir e estimular a ocorrência de um acto eleitoral limpo, regular e de acordo com os standards internacionais, levando a uma aceitação pacífica dos resultados eleitorais.

Depois de ter já participado em Missões de Observação Eleitoral em países da mesma região como a Colômbia e Venezuela, Sérgio Marques espera contribuir para um bom trabalho desta Missão no sentido de permitir ao Povo Equatoriano viver em Liberdade, Democracia e respeito pelos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, valores sem os quais qualquer processo de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais não fará qualquer sentido.



# Parlamento Europeu aprova Pacote das Telecomunicações com o apoio do PSD

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou hoje o Pacote das Telecomunicações que engloba um conjunto de quatro Relatórios relativos à reforma da legislação em vigor no sector das telecomunicações na UE. Esta proposta propõe também a criação de um novo organismo europeu regulador das telecomunicações. Os Deputados do PSD apoiaram esta

Como principais objectivos desta reforma, surge o reforço da concorrência, o alargamento da escolha dos utilizadores, o aumento da transparência das tarifas e das condições contratuais, o melhor acesso das pessoas com deficiência e a protecção dos dados pessoais dos consumidores (info PE).

Serviço universal, direitos dos utilizadores, tratamento de dados pessoais, privacidade das comunicações e defesa do consumidor proposta relacionada com os consumidores, sobre a qual o Parlamento Europeu votou hoje em primeira leitura (processo de co-decisão com o Conselho), visa alterar a directiva relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores, a directiva sobre o tratamento de dados pessoais e protecção da privacidade nas comunicações electrónicas e o regulamento relativo à cooperação na defesa do consumidor. No relatório elaborado pelo eurodeputado britânico Malcolm HARBOUR (PPE/DE), aprovado por 548 votos a favor, 88 contra e 14 abstenções, o Parlamento Europeu salienta que, “a fim de resolver as questões de interesse público relativas à utilização dos serviços de comunicações e incentivar a protecção dos direitos e liberdades de terceiros, as autoridades nacionais competentes devem poder criar e divulgar, com o auxílio dos fornecedores, informação de interesse público respeitante à utilização dos serviços de comunicações”.

## Criação do Organismo dos Reguladores Europeus das Telecomunicações

Enquanto a proposta inicial da Comissão era a criação de uma Autoridade Europeia para o Mercado das Comunicações Electrónicas (AEMCE), através do Relatório Castillo Vera, o Parlamento Europeu optou por propor a criação de um Organismo dos Reguladores Europeus das Telecomunicações (BERT), que assumiria muitas das funções da AEMCE, “mas sem assumir a pesada estrutura de uma agência, e que se basearia nas boas práticas do ERG [Grupo de Reguladores Europeus], simplificando, porém, o funcionamento e os métodos de trabalho deste órgão e reforçando a obrigação da Comissão de consultar este novo organismo e de ter na máxima conta as suas opiniões”. O BERT será o principal assessor independente da Comissão, mas também das várias Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN), a fim de promover uma abordagem reguladora coerente em toda a União Europeia. O Conselho de Reguladores do BERT será composto por um membro por Estado-Membro, que será o presidente ou um representante de alto nível da ARN.

Carlos Coelho defendeu a criação do BERT, que deverá ser “responsável pela aplicação mais coerente da regulamentação e que conta com a participação efectiva das ARN com uma preciosa experiência quotidiana no terreno. Ao instituir o BERT, promove-se uma abordagem reguladora coerente em toda a UE das medidas correctivas tomadas pelas ARN, com total independência em relação aos governos e à indústria. “



Abordagem comum para o aproveitamento do espectro libertado com a transição para o digital

O Relatório Toia tem como objectivo promover uma acção coordenada a nível da UE, de forma a assegurar uma utilização eficaz do dividendo digital. Esta proposta tem em conta a transição da televisão terrestre analógica para a digital até ao final de 2012, em que o aumento da eficiência do espectro da televisão terrestre digital deverá permitir uma libertação considerável de espectro, criando uma oportunidade única para a UE poder abrir caminho a novas possibilidades de crescimento dos mercados, expansão da qualidade e escolha dos serviços aos consumidores.

Segundo Carlos Coelho espera-se, assim, que os “EM

possam libertar o mais rápido possível os seus dividendos digitais, de forma a permitir que os cidadãos europeus possam vir a beneficiar de todo um novo conjunto de serviços, inovadores e competitivos. “

Na sua opinião, cabe aos EM “determinar a utilização do dividendo digital e garantir que todos esses tipos de serviços de comunicações electrónicas sejam oferecidos nas faixas de radiofrequência disponíveis”.

Carlos Coelho lembra que é “fundamental que exista uma abordagem comunitária coordenada, de forma a poder evitar uma interferência prejudicial entre EM”

## Redes e Serviços de Comunicações Electrónicas, Acesso Autorização de Redes e Serviços de Comunicações Electrónicas

O Relatório TRAUTMANN analisa uma proposta que altera três directivas de 2002: a directiva-quadro sobre as redes e os serviços de comunicações electrónicas, a directiva relativa ao acesso e a directiva relativa à autorização de redes e serviços de comunicações electrónicas.

Esta proposta visa alterar o quadro regulamentar das comunicações electrónicas, de forma a melhorar a sua eficácia, tornar mais simples e mais eficiente o acesso às frequências disponíveis no espaço radioeléctrico, bem como reduzir os custos administrativos necessários para implementar a regulamentação.

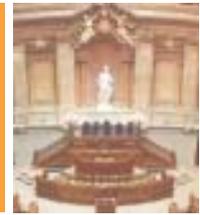
Segundo Carlos Coelho, desta forma, os cidadãos europeus deverão poder beneficiar, onde quer que se encontrem na UE, de serviços de comunicações mais eficientes e menos dispendiosos, quer utilizem telemóveis, ligações em banda larga à Internet ou televisão por cabo.

“O novo regime para o espectro radioeléctrico tem como objectivo a promoção do investimento em novas infra-estruturas e permitir a todos os cidadãos o acesso à banda larga” afirma Carlos Coelho

Na sua opinião, só poderá existir “um mercado interno das comunicações a funcionar da forma mais correcta, bem como uma economia competitiva da sociedade da informação, em benefício dos consumidores e das empresas, caso exista uma aplicação coerente do quadro regulamentar das telecomunicações.”

Carlos Coelho, defende ainda o reforço do papel de coordenação da Comissão, actuando em estreita cooperação com as ARN e com a nova autoridade europeia (BERT), de forma a melhorar “a coerência tanto ao nível das decisões nacionais com impacto no mercado interno, como na imposição de remédios.”

O relatório de Catherine TRAUTMANN foi aprovado em plenário por 597 votos a favor, 55 contra e 29 abstenções, o de Pilar del CASTILLO VERA por 490 votos a favor, 105 contra e 14 abstenções e o de Patrizia TOIA por 551 votos a favor, 24 contra e 38 abstenções. - *Informação do Gabinete de Imprensa do PE*



## INTERVENÇÃO DO DEPUTADO HUGO VELOSA

Petição n.º 394/X  
Assembleia da República, 25 de Setembro de 2008

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

A Petição da APED – Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição – com a adesão de mais de 250.000 cidadãos e 12 argumentos fundamentais demonstra que a sua posição de abertura do comércio ao domingo tem substância e argumentos que os Grupos Parlamentares devem ter em atenção.

É verdade que o actual sistema de horários do comércio já vigora desde Maio de 1996 e o que está em causa é a abertura ou não das grandes superfícies após as 13 horas nos domingos e feriados.

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou em Maio passado nesta Assembleia um projecto de lei, que, do seu ponto de vista, corresponde à melhor solução para a questão. Cumpriu o seu papel. O mesmo fizeram o PCP e o BE.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Há um regime em vigor desde 1996. Passaram mais de doze anos...

É preciso que a APED saiba, bem como os mais de 250.000 cidadãos que subscreveram a Petição que a alteração do horário do comércio e a abertura aos domingos das grandes superfícies



depende, nesta legislatura, do PS e do Governo.

E o que se tem passado?

O Governo tem alterado o sim com o não. O costume.

No debate de Maio, nesta Assembleia da República, o Partido Socialista alegou que os projectos que defendem o encerramento aos domingos e feriados eram desajustados dos interesses dos Portugueses e de Portugal.

Abriu a porta aos defensores da

posição da APED. Aliás, nas entrelinhas temos percebido que essa é a posição do PS.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Entre 2007 e 2008 o PS foi adiando a decisão e todas as posições do Governo e do PS punham fora de questão o encerramento total aos domingos e feriados.

Em Junho de 2008 volta-se a referir que até 2009 haverá liberalização dos horários dos hipermercados tendo mesmo o Secretário de Estado

afirmado que a questão seria resolvida até ao final do mandato.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O Grupo Parlamentar do PSD tem pendente na Assembleia da República o seu projecto, cumpriu o seu papel, manifestou uma posição concreta. Agora falta o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo fazerem o mesmo.

O PS que se defina e clarifique a sua posição.

Em que ficamos?

Fica tudo como está?

Encerra aos domingos e feriados ou abre aos domingos e feriados?

Ou vai propor uma nova solução? Será bom para todos saber o que pensa o Partido Socialista.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A recente proposta do PS de encomendar um estudo independente a elaborar pela Assembleia da República demonstrou que aquilo que o PS e o Governo querem é que nada aconteça e tudo fique na mesma.

É isto que têm de saber os peticionários e os agentes económicos ou consumidores que esperam uma decisão nesta matéria. Aqui fica o desafio: deixem-se de estudos e decidam.

Disse.

## Intervenção do Sr. Deputado Luís Rodrigues

Plenário de 26 de Setembro de 2008

Petição n.º 417/X/

(Comissão de Utentes da Saúde do Concelho do Seixal)

Reivindicam a reabertura dos Serviços de Atendimento Permanente de Corroios e do Seixal no Concelho do Seixal

Sr. Presidente  
Sr.ªs e Sr.s Deputados  
Autarcas e cidadãos do Seixal

Infelizmente voltamos mais uma vez a debater os problemas do acesso aos serviços de saúde no Concelho do Seixal.

Digo infelizmente porque as carências ou se mantêm ou se agravaram e as promessas do Governo socialista continuam a não passar disso mesmo, bem como as boas intenções da Sr.ª Ministra.

Sr. Presidente

A Sr.ª Ministra, felizmente, conhece bem o grave problema da saúde no Distrito de Setúbal e em particular na área de influência do Hospital Garcia de Orta.

A Sr.ª Ministra sabe que os

problemas de colapso das urgências do Hospital Garcia de Orta e da saturação do hospital são factos que se têm vindo a agravar.

No Seixal, a política seguida no encerramento de SAP's, o não cumprimento das promessas de construção do Centro de Saúde de Corroios/Vale de Milhaços e o elevado n.º de utentes sem médico de família obrigam os cidadãos a recorrerem cada vez em maior número ao hospital.

A manutenção de mais de 40.000 utentes sem médico de família no Concelho do Seixal é apenas o reflexo do falhanço das medidas aplicadas nos cuidados de saúde primários.

Neste sector, aquilo a que assistimos na recta final do mandato do Governo é apenas à ampliação das doenças crónicas do sistema de saúde em Portugal e no Seixal em particular.

Os utentes do HGO e dos centros de saúde do Seixal, Amora e Corroios querem algumas respostas:

1. Para quando o centro de Saúde Corroios/Vale de Milhaços?

2. Vai o Governo manter a promessa de construir do Hospital do Seixal?

3. Para quando a instalação da Extensão de Saúde em Fernão Ferro ao lado da USF para permitir que os utentes sem médico de família desta Freguesia sejam aí atendidos e não tenham de se deslocar para o Seixal?

4. Como vai de facto atribuir médicos de família aos mais de 40.000 utentes que não o têm?

As manifestações da população obrigaram Correia de Campos a prometer. O que falta fazer para que a Sr.ª Ministra cumpra o prometido?





## Intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Paulo Rangel, no debate quinzenal com o Primeiro Ministro.

O País vive, já há dois meses, uma onda de criminalidade e violência sem paralelo.

Não tem tanto a ver com os números, mas com a mudança de natureza dos crimes. Hoje, mata-se, fere-se, agride-se, rouba-se, com frieza e com facilidade. O sentimento de impunidade alastra e, quanto mais alastra, mais crime potencia.

Estamos, por isso, no momento crucial, que é o momento em que podemos travar a passagem do País razoavelmente tranquilo para uma sociedade insegura ou para uma sociedade violenta, como tantas que há por aí, por esse mundo fora.

Ora, o Sr. Primeiro-Ministro entra todos os dias em casa dos portugueses com anúncios de optimismo eufórico, mas não teve uma única vez em que falasse sobre segurança, durante estes meses.

E não o fez — repare! — quando falou o Presidente da República, o Procurador-Geral, todos os líderes da oposição e quando hoje, por força da Lei de Segurança Interna, é o principal e directo responsável pelas questões de combate à criminalidade e de segurança.

Falhou promessas! Falhou a promessa da transferência de 4800 polícias de serviços burocráticos para o terreno operacional.

Não conseguiu os 1800 quadros de mobilidade especial para virem fazer esses serviços administrativos. Prometeu, há três anos, que apresentava aqui o código de execução de penas e ele ainda não apareceu...!

Sr. Primeiro-Ministro, até agora, as promessas que aqui fez, no dia 28 de Fevereiro de 2007, à parte de leis, saldaram-se por totalmente incumpridas!

Pois, a minha pergunta é esta: o Sr. Ministro da Administração Interna, nesse mesmo local, no passado dia 9, disse que até ao fim do ano conseguia desviar entre 2000 a 3000 militares da GNR — veja-se a falta de rigor desta previsão — dos serviços burocráticos para os serviços operacionais. Seria uma ótima resposta de curto prazo, mas não sei como a vai concretizar porque só tem 2029 funcionários na mobilidade especial, que quase não chegam para cobrir os serviços administrativos!!

A pergunta que faço é a seguinte: está, ou não, em condições de garantir a esta Câmara que terá entre 2000 a 3000 efectivos, até 2008, para no curto prazo responder à onda de violência?

(...)

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registo que não respondeu à minha pergunta.

Vou dizer-lhe rapidamente que, quanto ao passado, Sr. Primeiro-



Ministro, aqui, no dia 4 de Julho de 2003, perante o então primeiro-ministro Durão Barroso, disse o seguinte: «Sr. Primeiro-Ministro — dizia o Deputado José Sócrates ao primeiro-ministro Durão Barroso — não considera que, para quem está há 15 meses no lugar, invocar o passado vai ficando ridículo?» Vai ficando um bocadinho ridículo, convenha, Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates!...

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não está no poder há três anos e meio. Está desde 1995, ou seja, está há 10 anos, ininterruptamente, com funções governativas...

Teve um intervalo de três anos. São 10 anos... Sr. Primeiro-Ministro, são 10 anos de políticas socialistas!!

Sr. Primeiro-Ministro, não tenha vergonha do seu passado «guterrista»! São 10 anos de políticas socialistas, e nestas matérias de criminalidade e violência as leis e as variáveis de médio prazo são as mais relevantes.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro falou do comício de 20 de Setembro. Ora, ainda bem que falou! É porque o Sr. Primeiro-Ministro, nesse comício, diabolizou, amaldiçoou os mercados financeiros e a bolsa. Falou em jogo, falou em caprichos.

Sr. Primeiro-Ministro, foi uma afirmação irresponsável, lamentável, alarmista, especialmente feita nesta conjuntura de crise financeira. E das duas, uma: ou o Sr. Primeiro-Ministro acredita nessa afirmação ou então tentou enganar os portugueses.

Como pode sustentar essa posição se 20% — e pode chegar aos 25% — do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social pode ser aplicado na

bolsa, no mercado financeiro?

Como sustenta essa posição se, em 2008, o próprio Governo criou as contas de capitalização individual, que são contas públicas e voluntárias em que os trabalhadores que viram as suas pensões de reforma altamente diminuídas vão dar mais 2%, 4% ou 6% e também podem passar para a gestão de privados e ser aplicadas na bolsa?

Como pode defender esta posição quando o seu Secretário de Estado da Segurança Social entregou uma tranche de 600 milhões de euros à gestão privada, que está em concurso, dando aos privados a responsabilidade de gerir os fundos públicos de forma competitiva e de um modo que acrescente valor? A quem vão ser entregues esses 600 milhões?

Sr. Primeiro-Ministro, é preciso seriedade, é preciso responsabilidade!!

O Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo já dizimaram os certificados de aforro. Quer agora também pôr em risco as pensões dos portugueses?!

Sr. Primeiro-Ministro, quando se usa esta demagogia irresponsável há algo que tenho de dizer: já não está em causa a «força da mudança»; está em causa a «farsa» da mudança!

(...)

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, já está a tornar-se um hábito: o Sr. Primeiro-Ministro não responde às perguntas que lhe fizeram!

Zero! Não respondeu.

Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe já que se engana quando afirma que o PSD apenas propôs a demissão do Ministro da Administração Interna, proposta esta que, aliás, o conflito

institucional entretanto desenvolvido bem justificou.

Repito que se engana porque, Sr. Primeiro-Ministro, nós propusemos uma alteração à lei de política criminal em termos da estratégia de combate ao crime.

O Sr. Primeiro-Ministro talvez não saiba — porque, claro, diz que eu não sou bom em contas, mas o Sr. Primeiro-Ministro não será bom em leis!

... mas o maior erro jurídico é o de alterar a lei das armas. Esse é um dos maiores erros jurídicos a que alguma vez se assistiu!!

Mais lhe digo: sabe que nas orientações de política criminal para o período 2007/2009 que aprovaram não existe uma única norma de estratégia para o combate ao crime violento?! Sabia disto?!...

Depois do que aconteceu, não acha que a lei da política criminal devia conter uma estratégia de combate ao crime violento? Não acha que era razoável que assim fosse? Parece-me que era!

Sr. Primeiro-Ministro, vamos mudar de tema.

Há uma diferença radical, que, aliás, se nota bem no seu discurso, entre a política económica do PSD e a do PS.

A política económica do PS aposta nos megaprojectos, nos grandes investimentos não reprodutivos. O PSD tem apostado sempre na defesa das pequenas e médias empresas, no seu reforço e no seu desenvolvimento.

Repare, Sr. Primeiro-Ministro: a verdade é que a actual crise financeira veio demonstrar que, quando, no dia 10 de Julho, lhe pedi aqui contas exactas sobre os encargos e as responsabilidades financeiras nos megaprojectos de investimento público, tínhamos razão. É porque, neste momento, existe uma verdadeira cortina de fumo sobre os investimentos públicos.

Todos os dias vemos nos jornais que o Estado, que empresas públicas se «atravessam» com garantias, com responsabilidades, com cartas de conforto, que se intrometem em concursos públicos...

Sr. Primeiro-Ministro, por acaso achará normal que o Estado intervenha a meio de um concurso público para dar garantias a favor de uma empresa?!... Isto é promiscuidade total!

Neste momento, Sr. Primeiro-Ministro, com a restrição do crédito resultante da crise financeira, com a restrição do crédito resultante do endividamento público, precisamos que nos diga que investimentos é que vai cortar e quais vai manter, quais os encargos financeiros do Estado nos investimentos que vai manter e, já agora, quais as responsabilidades que, com garantias, o Governo tem vindo a assumir nesses investimentos.

A opinião dos outros... (Pacheco Pereira)\*

## O «híbrido» José Francisco Sócrates Louçã...

Que o Primeiro-ministro e dirigente do PS José Sócrates não têm qualquer espécie de ideologia e é um puro pragmático, já nós sabemos. Que ele é tanto de “esquerda” como de “direita” conforme as conveniências, já nós sabemos. Que o único fio condutor do seu discurso é o auto-elogio mais ou menos arrogante, suportado por muita propaganda, também já nós sabemos. Que o outro fio condutor é o ataque sistemático e também arrogante a tudo o que mexe e lhe parece oposição, também nós sabemos. O que sabemos menos, porque estamos muito adormecidos para saltar do sofá quando devemos num tumulto de indignação, são os estragos que este homem e o seu governo estão a fazer ao país e de que um bom exemplo é o discurso anti-capitalista de Guimarães.

No dia em que acordou na versão José Francisco Sócrates Louçã, já que a versão José Paulo Sócrates Portas, que assumirá num ápice se for preciso, é um pouco incómoda face à flacidez dos resultados em matéria de segurança, este híbrido veio à rua em Guimarães e fez estragos. Ele, como agora só pensa nos votos e nas eleições, resolveu atirar-se contra a bolsa e o mercado financeiro e instigar o povo ao levantamento contra os ricos e poderosos. Não se atirou contra os “excessos” daquilo que os socialistas chamam a “economia de casino”, mas sim contra a coisa em si, a bolsa e o mercado de capitais, esse sinistro local onde multidões de capitalistas de casaca, barriga e chapéu alto andam a provocar a miséria dos portugueses por conta de Bush e dos EUA. Se ele não conseguir cumprir nenhuma das promessas que fez (que não estavam centradas no controlo das finanças públicas, convém lembrar), já tem um culpado a quem apontar o dedo, o capitalismo “desenfreado”, representado em Portugal pelo PSD, que anda a provocar uma “crise” mundial.

O que é irónico é que José Francisco Sócrates Louçã não compreende que ao actuar assim dá votos ao genuíno Louçã, ao genuíno Jerónimo e à genuína Manuela, e que pelo caminho acicatará ódios que depois não voltam com facilidade à lâmpada do génio, e ajudando a destruir alguns mecanismos, como a bolsa, fundamentais para a saúde da nossa economia.

### As perguntas que DEVEM SER FEITAS sobre o “Magalhães”

As entregas de computadores nas escolas pelo primeiro-ministro são uma peça essencial da propaganda governamental de sucesso garantido a



abrir um ano eleitoral. *Como é óbvio, ninguém deixa de gostar que lhe deem coisas. Valentim Loureiro dava frigoríficos e outros electrodomésticos, coisas que ninguém pode achar serem inúteis e desvantajosas para quem as recebe, Sócrates “dá” computadores, um objecto cuja aura é hoje superior ao frigorífico, e que vem envolvido com toda uma retórica de modernidade, que ninguém se atreve a contestar.* Uma das características deste Governo é um grande deslumbramento tecnológico que tem muito a ver com o primeiro-ministro, um típico tecnocrata, mais autodidacta do que com uma formação profissional sólida, e que por isso “gosta” de gadgets e não sabe viver sem eles. Mais: está convencido de que são os gadgets que mudam as pessoas, numa visão tecnocrática típica, sem perceber que o modo como as pessoas os usam pode ou não ser vantajoso conforme as literacias prévias que possuem.

A operação é inevitavelmente popular, e por isso tem havido muito pouco escrutínio sobre ela, quer da comunicação social, quer da oposição. A oposição sente-se intimidada em criticar algo que sabe ser popular, e hesita. Passada a desmontagem das mentiras habituais na sua apresentação (o computador “português”, etc., que só a RTP hoje repete), sobra quase tudo por analisar e questionar, mas isso incomoda muito pouca gente no ambiente de aceitação acrítica da governação e do embevecimento tecnológico que o povo recordista dos telemóveis inevitavelmente tem. O resultado é que toda esta história do computador Magalhães vai passar

incólume mesmo que tudo, ou quase tudo, seja errado nesta operação.

Quanto mais sei sobre todo este processo do Magalhães, mais objecções tenho ao que se está a passar. E acresce que não sei muita coisa, porque há demasiadas obscuridades sobre como este projecto apareceu, como foi decidido, quem foi consultado nas escolas (pedagogos, professores) e na indústria, como foi financiado, de quem são os computadores que o Governo “dá”, visto que não os comprou e não houve concurso público, que engenharia criativa foi feita para não haver concurso público, como foi escolhida esta empresa, que compromissos existem com ela, e como vai ser dada continuidade à produção, dados os números mirabolantes que o Governo agita, e que seriam bons para a capacidade produtiva de Taiwan, e as maravilhas de design nacional que supostamente vão ser incorporadas (o que significa que os computadores que o Governo está a “dar” são inferiores aos que vai “dar” daqui a um ano). E por aí adiante. Tenho tanta convicção de que isto foi feito no joelho e à pressa que desafio o Governo a mostrar as consultas, os estudos, que fez previamente, sobre as vantagens pedagógicas do Magalhães, por especialistas da educação, e sobre cada uma das opções, pelo Classmate, pela empresa de Matosinhos, etc., etc., que sustentaram um programa calculado em 200 milhões de euros à cabeça.

Há várias perguntas de fundo a fazer, que deveriam ter sido feitas e cuja resposta deveria ser prévia às sessões

de propaganda para a televisão. A primeira e mais fundamental das perguntas é a de saber se a distribuição de computadores individuais para as crianças do ensino básico tem sentido pedagógico e utilidade no combate à info-exclusão. Sobre isto a maioria dos pedagogos responde não à primeira e a maioria dos estudos responde também não à segunda questão. Não é unânime a resposta, mas existem muitas dúvidas. Um relatório do Departamento de Educação americano é explícito: “A tecnologia parece ser completamente irrelevante quando se trata de ajudar estudantes a melhorarem os seus níveis de aproveitamento académico.” É que nestas coisas nem tudo o que parece evidente para os deslumbrados dos gadgets é verdadeiro.

Não é líquido que um computador individual na sala de aula do ensino básico (o problema é diferente para outros níveis de ensino) possa beneficiar a aquisição das competências básicas, em particular na leitura e na matemática. No caso da leitura é claramente contraproducente, afastando as crianças da leitura “plana”, corrida, na fluência do texto, fundamental na ficção e na poesia, a favor de uma leitura em volume, com o uso do hipertexto, com outras virtualidades, mas que não substituem a leitura “literária”.

Ou seja, não é líquido que a aparente evidência de que quanto mais cedo for a exposição ao mundo dos computadores, através da opção pelo computador individual (um elemento básico desta escolha é a

individualização da máquina), melhor será a aprendizagem e a info-inclusão. Não está em causa facilitar o contacto com os computadores, sem dúvida necessário, mas sim a posse de um computador individual e a sua utilização para aprender ao nível do ensino básico. Se for para jogos é outra coisa, se for como brinquedo tem certamente mais sentido, mas não é suposto o Estado distribuir consolas de jogos. Ou se é, na verdade as consolas de jogos são muito mais eficazes na idade do básico, não é suposto que essa seja uma prioridade pedagógica.

A questão essencial é que todas as crianças tenham facilidade de contacto com os computadores, não é ter um computador individual nesta faixa etária. Desse ponto de vista, tem muito mais sentido facilitar a presença de computadores em casa para a família, baixar o preço das comunicações, em particular a banda larga, e generalizar competências nos adultos, de modo a que as crianças que com eles convivem possam conhecer um ambiente amigável com os computadores, sem deixarem de fazer os trabalhos de casa escrevendo e lendo, sem ser fazendo copy-paste ou serem atirados para procurar na Internet cuja relevância não têm, como muitos dos seus professores, as literacias para julgarem.

A situação muda na pré-adolescência, onde a individualidade do computador é fundamental para o seu uso juvenil, que inclui uma utilização paraconfidencial face aos adultos como diário (nos blogs de adolescentes) ou nas actividades de turma ou grupos de amigos, como a partilha das fotos, chats, etc. É aliás na pré-adolescência que mais proficuo é o investimento na info-inclusão, cujo será tanto mais eficaz quanto as literacias básicas tenham sido adquiridas no básico. É que o combate contra a info-exclusão não depende em primeiro lugar das próprias tecnologias, mas sim de competências que lhe são prévias e que são, digamos assim, mais “clássicas”. *Se os computadores servem para procurar resultados de jogos de futebol ou pornografia, pouco mais acrescentam ao que se pode fazer com o teletexto da televisão e os canais por cabo e não “modernizam” nada.*

Esta primeira questão tem a ver com a segunda: é este computador, pensado para as “comunidades em desenvolvimento” (como diz a Intel), ou seja países como a Índia, a Indonésia, países africanos, mesmo Venezuela e Angola, onde já está comercializado ou vai ser, a melhor opção para a Europa, adequado a Portugal? Existe nalgum país europeu um programa semelhante ao do Governo português, mesmo quando neles se comercializa o Classmate? Não. E a razão percebe-se muito bem: o tipo de contactos necessário e vantajoso das crianças daquela idade com o computador na Europa não passa pela propriedade de um computador na idade do brinquedo, mas sim pela possibilidade de as

crianças jogarem jogos em consolas ou “pintarem” ou desenharem no computador das famílias ou da escola. Diferentemente da Indonésia ou do Burkina Faso, já existe em Portugal um parque de computadores nas casas e nas escolas, suficiente para esse acesso, o que não acontece nos países “em desenvolvimento”, em que a opção pelo computador individual deste tipo tem outro sentido. A não ser que o computador esteja a ser dado aos pais e não às crianças e, nesse caso, rapidamente se verificará que na

maioria dos casos o Magalhães pouca utilidade tem para os adultos, dadas as suas limitações e **pelo preço do acesso à Internet**. Aí é que as desigualdades sociais se vão verificar.

O caso do Magalhães é mais um exemplo de como pouco se escrutina a actividade governamental. Acenamos com as bandeirinhas do progresso tecnológico e nós concedemos tudo. Mas a verdade é que vários programas destes de “progresso” estão aí em ruínas, alguns com dois anos e milhões de euros deitados ao lixo, sem ninguém

se dar ao trabalho de pedir contas. O caso da Via CTT é talvez o mais evidente, mas o das Cidades Digitais também exigia avaliação. E na altura, ai dos “velhos do Restelo” que se opusessem a essa magnífica ideia democrática e moderna de dar nas estações de CTT um e-mail a cada português!

– (\*) © *Professor Universitário, Escritor, jornalista, comentador político. (Foto: arquivo PL)*

## Artigo de Opinião

# Trabalhar muito e produzir pouco, em Portugal!

José Palma Rita (\*)

Um treinador que recentemente (re)passou pelo Benfica, sempre que falava aos órgãos de comunicação social sobre o futuro e as metas da equipa que orientava, repetia sistematica e invariavelmente em cada intervenção, alguns termos e pequenas expressões que ficaram bem conhecidas: «... hay que trabajar, trabajar, trabajar, seguir trabajando ...»

A verdade é que com Camacho a equipa trabalhava e trabalhava e não obtinha os resultados desejados, nem alcançava os níveis correspondentes ao tempo de trabalho e esforço dispendido.

O futebol é um enquanto desporto de massas protagonizado por grupos/colectivos, onde a racionalidade conta muito menos que a emoção resultante do sentimento de pertença (clubismo) necessário à diferenciação social que eleva a auto-estima dos que fazem parte de certos grupos e têm como adversários outros grupos sempre considerados inferiores.

Por isso as opiniões dos adeptos benfiquistas se dividiam, na explicação da ineficácia de Camacho, entre a incapacidade deste em mobilizar as competências que os jogadores detinham individualmente enquanto membros de um colectivo e a verificação de algumas lacunas (de jogadores com apetências específicas para certas funções na equipa) de competências que necessitariam ser supridas pelo clube através da aquisição de mais (ou de outros) jogadores.

Portugal parece estar, em termos de produtividade do factor trabalho que sistematicamente é reportado pela OCDE, perante um dilema parecido ao do Benfica na era Camacho: o problema está nos fracos níveis de qualificação da população activa (objectivamente

comprovados) ou na (não) mobilização adequada das competências existentes, incluindo o seu desperdício?

Os estudos mais recentes (revelando que os portugueses só trabalham em 69% do dia) parecem confirmar que em Portugal se trabalha muito (tempo) mas se produz pouco, isto é, marca-se o “ponto” muito cedo e depois passa-se uma boa parte do dia a “fazer figura de corpo presente”. O mal estará, por um lado, na atitude pouco responsável que tal desempenho encerra por parte daqueles que o corporizam mas também, por outro lado, na ausência de preocupação por parte dos responsáveis e dirigentes pelo facto de que os seus colaboradores assim procedam.

No fundo, muitos destes se revelam eles próprios incapazes de mobilizar as competências dos que com eles trabalham, ou porque também foram laxistas enquanto ocuparam posições inferiores e perdem a legitimidade para exercer autoridade quando são chefias, ou porque se enredam em teias de convivência para com as prevaricações, ou porque consideram que não levantar ondas será a solução mais adequada a quem está de passagem e poderá no futuro vir a exigir e cobrar igual atitude de outros para com o seu (não)desempenho, apenas para enumerar um pequeno leque de potenciais explicações com um carácter mais político.

É claro que esta descrição corresponde a uma imagem ou representação minha (especialmente concebida para a Administração



Pública) e não a um quadro fotograficamente registado e representativo de toda a realidade empresarial pública e privada, mas, a pintura não deixará de ser reconhecida por muitos em alguma parte desta (reduzida e não esgotada) combinação de causas.

Certo parece ser que, à semelhança do Benfica e de outros futebolistas, se torna a cada dia que passa mais evidente a necessidade de mudar de treinador e de responsáveis que não são respeitados e são cada vez menos tolerados, mas também não deixará de ser verdade que não fazendo sentido mudar a equipa, há que levar os seus membros a reflectirem sobre a sua responsabilidade individual no desempenho colectivo, porque os milagres raramente (ou nunca para alguns) acontecem apenas pela substituição do treinador e dos responsáveis.

– *JPRita@Gmail.com, correspondente do PL em Évora*

# Artigo de Opinião

## As guerras do leite

Ricardo Rio (\*)

Pelos dias que correm, enquanto o País vive sob a ameaça da “marcha das vacas” sobre o Terreiro do Paço, no quadro do movimento de protesto dos produtores leiteiros nacionais com as recentes tendências do sector, os consumidores mundiais (incluindo obviamente os portugueses) vão assistindo com algum receio aos sintomas da crise do “leite em pó” Chinês.

Neste último caso, porque também (ou especialmente) na economia real se sentem os efeitos da globalização dos mercados, o comum dos cidadãos tomou consciência que os produtos que pretensamente arrastaram para os hospitais e demais unidades de saúde chinesas milhares de famílias, tendo mesmo causado a morte de algumas crianças, eram os mesmos, ou similares, àqueles que se lhes deparavam na montra da loja de desconto do seu bairro.

De uma forma mais discreta que o habitual e a título quase simbólico, a ASAE – Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica limitou-se a apreender algumas embalagens desses produtos, mas os seus responsáveis assumiram a incapacidade para impedir as importações destes bens e, de igual forma, para assegurar a sua total remoção do mercado.

Ora, eu que em abstracto nada tenho contra as “lojas chinesas” nem partilho do preconceito contra a “falta generalizada de qualidade dos seus produtos”, creio que este é um daqueles tipos de situações em que o Estado tem que assegurar a real protecção dos consumidores, retirando do mercado o que se possa constituir como uma ameaça à saúde pública e garantido a total transparência e clareza da informação transmitida no processo de compra, no que concerne às especificações e proveniência dos produtos.

É, aliás, este o principal elo de ligação entre esta situação e a outra “guerra do leite” de cariz mais doméstico, uma vez que uma das principais queixas dos produtores se prende com a estratégia de aprovisionamento de alguns grupos da grande distribuição nacional – porventura com a excepção da Sonae – que optam por importar leite para os seus produtos “marca branca”.

Ora, segundo tais produtores, esse leite importado é manifestamente mais barato, mas tal competitividade advém da falta de qualidade dos produtos em questão.

Em terminologia que me escusa a reproduzir por ser totalmente ignorante em relação a tais especificações técnicas, garantiam-me alguns que no que concerne aos valores que estão sujeitos a verificação no âmbito do controlo



de qualidade e dos normativos legais, nacionais e comunitários, a diferença é abissal, em benefício da nossa produção doméstica.

Ora, também neste particular, deve-se assegurar que os consumidores têm total informação sobre as características dos produtos, não apenas quanto ao local de embalagem, mas quanto à origem das suas matérias-primas e à indicação das suas especificações. Mais, como a generalidade dos cidadãos seguramente partilha do meu desconhecimento quanto às especificidades técnicas de um produto como o leite, a rotulagem deveria socorrer-se de mecanismos inteligíveis que tornassem totalmente clara a comparabilidade dos produtos em relação a tais indicadores. A título de exemplo, poder-se-ia seguir um modelo de classificação análogo ao que já hoje é aplicado à capacidade de economia de energia nos electrodomésticos...

Na verdade, porém, este é talvez o menor dos problemas com que se deparam os produtores leiteiros nacionais, devendo a sua situação merecer especial atenção das entidades públicas, com o objectivo de assegurar a sobrevivência de um sector estratégico nos planos social e económico.

De há uns anos a esta parte, são inúmeras as dificuldades com que se deparam os empresários deste sector, na sua maioria de base familiar, quer por via dos graves constrangimentos financeiros assumidos no passado recente para negociação das quotas de produção, quer em função dos avultados investimentos necessários para procederem ao cabal licenciamento das suas explorações, ao abrigo das novas normas legais em vigor.

Como agravante, num contexto de subida dos custos de produção, o preço de venda do leite tem vindo a registar um significativo e inusitado decréscimo, de que os consumidores finais não têm vindo a aproveitar, ficando este retido nos circuitos de distribuição do sector, pelo que os mesmos apontam baterias a empresas como a Lactogal.

De entre as legítimas reivindicações do sector, algumas das quais já publicamente denunciadas, realce também para o corte dos apoios à electricidade verde por parte do Governo e para a bizarra facturação de taxas de radiodifusão em todos os inúmeros contadores de cada exploração.

Finalmente, verifica-se um coarctar dos apoios ao reforço da competitividade dos produtores leiteiros em sede de Fundos Públicos e Comunitários, como é o caso do PRODER, prescindindo o Governo de dotar estas unidades de meios para assegurar a sua subsistência.

Neste contexto, tem vindo a ser contínuo o encerramento de explorações, com os graves custos sociais directos e indirectos que tal opção comporta, sendo especialmente expressiva a sua implantação e ocorrência deste fenómeno na Região de Entre Douro e Minho.

Nos contactos que efectuei com alguns produtores, é visível o desalento e a preocupação com a forma como o sector tem sido votado ao esquecimento nas mais diversas instâncias oficiais, como continua a ser olhado como o parente pobre da economia portuguesa e como é injustamente estigmatizado por uma visão de “subsidiopendência” que categoricamente rejeitam.

No fundo, pedem apenas que lhes seja dada oportunidade para sobreviver.

- (\*) – Economista, Presidente da CPS/Braga, Vereador da CM Braga, correspondente do pL



Notícias de Abrantes

## Reunião da Comissão Política

Reuniu, no dia 22 de Setembro, a Comissão Política Concelhia de Abrantes, onde têm assento os Vereadores, o Coordenador do Grupo de eleitos na Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta de Freguesia e a JSD, tendo-se decidido tornar públicas as seguintes conclusões finais em comunicado.

### Diminuição do IMT e IMI – Geminção no Japão

#### A taxa de IMT e IMI

O PSD de Abrantes vem congratular-se pelo facto de o Executivo Municipal PS ter finalmente decidido, com o atraso habitual em termos de enfrentar a realidade, realizar um tímido baixar da taxa máxima do IMI no Concelho de Abrantes.

Nada que não tivesse sucedido anteriormente noutros Concelhos do País e da região; e mesmo em termos de escala, nada de especial, mas é um começo e um reconhecimento, sublinhe-se mais uma vez, tardio, da justeza das posições do PSD quer na Câmara Municipal através dos seus Vereadores, quer na Assembleia Municipal, através dos seus eleitos.

Tememos contudo, que esta posição seja apenas circunstancial, devido ao facto de 2009 ser um ano eleitoral e assim o Executivo Socialista tentar anestesiar o eleitorado com medidas tendencialmente favoráveis de curto prazo, face ao citado calendário eleitoral.

O PSD, se poder Concelhio nessa altura, e assim o acreditamos, compromete-se a continuar o desagramento de um imposto que incide sobre um dos direitos mais básicos que existem: o direito à habitação!

Cremos que todos os Portugueses em geral e todos os Municípios Abrantinos em particular, têm direito a uma habitação condigna, sem que se sintam sufocados com uma carga tributária que se agrava de transmissão em transmissão, nomeadamente por herança.

Terminamos, questionando o valor estimado pela Autarquia de decréscimo de receitas neste item, face ao abaixamento das taxas de 0,8% para 0,7% sobre prédios urbanos e de 0,5% para 0,4% sobre prédios urbanos avaliados.

Atendendo a que no Orçamento para 2009, a receita prevista de IMI é de € 2 623 332,80, como se chega a uma quebra de receita de € 542 000,00



Só se existir em termos de mercado imobiliário uma taxa de transmissões (onerosas ou não) na ordem dos 30%, o que nos parece um pouco, para não dizer bastante, exagerado face às condicionantes actuais.

### Geminção com a cidade japonesa de Hitoyoshi

O PSD não coloca em causa a importância que poderá advir de uma geminação com uma cidade Japonesa de Hitoyoshi, antes pelo contrário, uma vez que, entendemos que uma geminação deve funcionar nos dois sentidos, deverá ser uma troca

constante de mais valias nas mais diversas áreas.

Neste caso em concreto, não esqueçamos que o PSD, no seu programa autárquico de 2005, já fazia referência à necessidade de criar uma geminação de base tecnológica, com a Vila de Abrantes, no Brasil – um importante núcleo de indústria automóvel – que, ao invés das actuais, que em nada contribuíram para o desenvolvimento da Abrantes, permitiria um aumento da nossa competitividade tecnológica, potenciando a afirmação de Abrantes no âmbito regional.

Assim, e uma vez que já existe um importante elo de ligação com o Japão, nomeadamente, através da fábrica da Mitsubishi, instalada em Tramagal, foi apresentada pelo Vereadores eleitos pelo PSD, em sede de reunião de câmara, uma proposta no sentido de fazer representar, na comitiva que se deslocará em breve ao Japão, elementos representantes do tecido empresarial (Nersant), comercial (Associação de Comerciantes), e académico (ESTA) de Abrantes.

Entende o PSD que o envolvimento destes sectores é o único caminho que poderá garantir reais mais valias neste acto de geminação. – CPS/PSD Abrantes

Notícias de Braga

## Candidatura de Ricardo Rio mereceu apoio unânime: militantes do PSD aclamam “próximo Presidente da Câmara Municipal”

Nos termos estatutários, o plenário concelhio do PSD de Braga debruçou-se na reunião da passada sexta-feira sobre a proposta da Comissão Política Concelhia para que o actual líder desta estrutura e Vereador na Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, volte a encabeçar a lista da Coligação “Juntos por Braga” à Câmara Municipal.

Em mais uma reunião magna extremamente concorrida e participada, com a presença de cerca de mais de centena e meia de militantes e um sem número de intervenções políticas, a proposta em votação foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Também nisso inédito, o plenário que se prolongou pela madrugada de Sábado, não registou qualquer voz dissonante no apoio à candidatura de



Ricardo Rio, tendo também sido transmitidas mensagens de apoio de Militantes que não puderam estar

presentes, como Fernando Rocha ou o Deputado Municipal Alexandre Lourenço.

Classificado como histórico pela esmagadora dos militantes que fizeram uso da foi o Plenário que escolheu o vencedor das eleições autárquicas de 2009, numa palavra, a ideia forte que perpassou a maioria das intervenções foi a de que este demonstração da total confiança e determinação com que o Partido parte para mais esta contenda eleitoral.

Naquele encontro de militantes do PSD Braga, destacaram-se as presenças de toda a vereação social-democrata na Autarquia bracarense (incluindo a independente Filomena Bordalo, que fez questão de estar presente) e de um número significativo de Presidentes de Junta e Autarcas eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” ou em listas independentes, como é o caso do Presidente da Junta de Freguesia de palmeira, João Russell.



Anteriores candidatos afirmam que este é o momento da mudança

Os anteriores candidatos do PSD à CMB, Miguel Macedo e Carlos Alberto Pereira, destacaram a convicção que tinham na vitória em 2009, alertando para as dificuldades que o próximo ano iria trazer, deixando todavia aos militantes a mensagem que nunca intuíram tanto a vitória do PSD como agora com Ricardo Rio.

Miguel Macedo, fez notar que esta é a primeira vez que o PSD de Braga repete uma candidatura e alvitrou mesmo que Ricardo Rio assumia ontem a responsabilidade de governar Braga após 2009.

Já para Carlos Alberto Pereira “Ricardo Rio sempre soube o queria e para onde ia. A estratégia e os méritos dos resultados que vamos alcançar são muito da sua estratégia pessoal, pelo que deve ter toda a autonomia para conduzir este processo com liberdade”.

Pelo mesmo diapasão alinhou também o anterior Presidente da Mesa do Plenário e Vogal da Comissão Política Nacional, António Marques. Numa intervenção em que enalteceu o trajecto de Ricardo Rio e os méritos do seu perfil, António Marques considerou Rio “como o candidato dos jovens por representar a modernidade” e “o candidato de todos os Bracarense por reverem nele a credibilidade, seriedade e competência que todos desejam à frente dos destinos da Autarquia”. Para este histórico social-democrata de Braga, a disponibilidade para “apoiar e colaborar é total e incondicional”, afirmando que “nunca ninguém esteve preparado para ser Presidente de Câmara Municipal como Ricardo Rio”.

Por seu turno, o presidente da JSD de Braga, Hugo Soares, defendeu que “difícil era apoiar esta candidatura há quatro anos”, congratulando-se com a postura dos jovens sociais-democratas que sempre estiveram na linha da frente do apoio à candidatura de Ricardo Rio. Para Hugo Soares uma das vantagens deste projecto é a credibilidade e competência com que se apresenta: “enquanto nós já temos candidato, o nosso adversário ainda não sabe o que fazer”. Por fim, assegurou não acreditar que ainda haja um jovem

capaz de depositar o voto no PS de Mesquita depois de ele nunca ter correspondido aos anseios da juventude bracarense, a não ser “aqueles que vão acumulando assessorias lá para os lados da praça do município.”

Enquanto que várias intervenções enfatizaram a necessidade de o Partido não se deixar adormecer pelas excelentes perspectivas que se lhe deparam, o líder do PSD na Assembleia Municipal centrou a tónica da sua intervenção na “justiça da escolha de Rio pelo extraordinário trabalho desenvolvido” e na necessidade de “assegurar condições de governabilidade da Autarquia” no pós-2009.

Sem nunca pôr em causa a vitória de Rio, João Granja considerou ser fundamental que os resultados da vitória permitam ao PSD implementar o seu projecto “de uma Braga mais verde, mais culta, mais próxima, mais sobretudo mais justa para todos!”

#### Ricardo Rio honrado, determinado e confiante

Agradecendo a “generosidade das palavras” dos presentes e a confiança expressa pelo Partido, a nível local, distrital e nacional (por onde passarão as próximas etapas do processo de homologação da candidatura), Ricardo Rio iniciou a intervenção mais aguardada da noite por garantir que “nem este não é um projecto monoparental, nem eu sou ou serei o eucalipto do PSD”.

“Se hoje estamos em condições de conquistar a confiança dos Bracarense, pelo que fizemos e pelo que propomos para o futuro de Braga, é muito graças ao trabalho que ao longo dos anos tem sido desenvolvido pelas várias Comissões Políticas, pelos Autarcas nos órgãos municipais e pelos Autarcas das Freguesias, em especial os Presidentes de Junta da Coligação”, assegurou.

“Eu quero e vou construir uma Braga em que é dada prioridade às questões da renovação urbana e do ordenamento urbanístico. Eu quero e vou construir uma Braga em que as famílias tenham espaços verdes condignos e compatíveis com as suas

necessidades de lazer, desporto e convívio. Eu quero e vou construir uma cidade culturalmente efervescente, economicamente atractiva, socialmente responsável segura e atenta às necessidades da juventude – na educação, como na habitação, no acesso ao emprego ou ao lazer.”, acrescentou o líder do PSD de Braga.

“Comigo, connosco, a Autarquia nunca se demitirá da sua responsabilidade de estar na linha da frente da defesa dos interesses dos Bracarense e do Concelho, seja em matéria de investimentos públicos, decisões de organização administrativa, ou qualquer outra medida central que contenda com Braga, qualquer que seja a cor do Governo”, garantiu, lembrando que “os bracarense estão fartos de subserviências cúmplices, polvilhadas com ameaças entre aspas, sem continuidade e sem consequência”.

“Todavia, esses são sonhos que só

poderei concretizar quando, em Outubro de 2009, confrontar os Bracarense com a escolha entre esse projecto e a continuidade de uma Gestão adormecida, obsoleta, distante das necessidades dos Bracarense e das suas instituições, tantas vezes incompetente e esbanjadora, tantas vezes interessada no seu próprio umbigo, em detrimento do interesse público”, lembrou Ricardo Rio.

“Hoje”, garantiu, “apenas me foi dada a oportunidade de fazer aquilo que tanto gosto: de lutar até ao limite das minhas capacidades por aquilo em que acredito, de ouvir e partilhar com os Bracarense as pistas para a mudança, de construir com todos e para todos, um projecto de uma Braga muito, muito melhor”, enfatizando a necessidade de o Partido e os seus Militantes manterem a coragem, energia e determinação ao longo do próximo ano que antecede o acto eleitoral. - CPS/Braga-PSD

### Notícias de Cascais

## Câmara promove acções de formação sobre a integração de imigrantes no mercado de trabalho



No âmbito das comemorações do AEDI – Ano Europeu do Diálogo Intercultural, e em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, a Câmara Municipal de Cascais está a proporcionar acções de formação as empresas e instituições sobre o processo de acolhimento

e integração de imigrantes no mercado de trabalho.

Dirigidas a entidades parceiras do município em actividades com vista à inserção profissional de imigrantes, bem como a técnicos da Câmara Municipal de Cascais cujas funções se prendem com o apoio à procura de emprego, estas acções de formação abordam questões relativas ao processo de acolhimento e integração de imigrantes no mercado de trabalho.

A primeira acção teve lugar nos dias 16 e 17 Setembro, em dois locais e horários distintos de forma a ser mais abrangente. Segue-se agora uma nova sessão, nos dias 6 e 7 de Outubro, no Hotel Inglaterra, no Estoril, das 10h00 às 13h00.

No total, estas acções, da responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento Social, vão envolver 77 formandos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Empresas e instituições associadas à iniciativa: APAV - Associação Portuguesa do Apoio à Vítima; ARIA – Associação de Reabilitação e Integração Ajuda; Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos; Centro Paroquial do Estoril; Cercica - Cooperativa para Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Cascais; Comfort Keepers Portugal; ExChange Cascais; Giant Point; Grupo Galileu; Grupo Pessoas & Soluções; Hair Lobby (Cabeleireiros); Hotel Inglaterra; Hotel Palácio; Lar da Bafureira; Lusotemp – Trabalho Temporário; Palm Tree – Actividades de Restauração e Hotelaria Soc. Uni. Lda; Progelcone - Comércio & Indústria, SA; Telepizza; Univa da Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo da Costa do Estoril. – Gab. Imp. CM Cascais

Notícias de Santarém

## Deputados do PSD questionam actitude duvidosa e eleitoralista do Governador Civil

Em requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República, os Deputados do PSD eleitos pelo círculo de Santarém vêm questionar atitudes do actual Governador Civil, perguntando:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi recentemente noticiada nos órgãos de comunicação social do distrito de Santarém a decisão do actual Governador Civil de Santarém de se candidatar a Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista de Santarém, em nome de um adquirido – na sua perspectiva – consenso nas hostes partidárias para enfrentar o ciclo eleitoral de 2009.

Esta intenção do Governador Civil de Santarém não teria qualquer significado político adicional se o Dr. Paulo Fonseca não tivesse admitido publicamente – através dos órgãos de comunicação social regionais – a vontade de acumular a titularidade de Governador Civil de Santarém com a de Presidente da Federação Distrital do PS de Santarém, colocando como prévia condição para tal desempenho a anuência do Governo e da Direcção Nacional do Partido Socialista. Ora, como é publicamente sabido, o próximo ano de 2009 será palco de três (3) significativos actos eleitorais num curto espaço de 4 a 5 meses onde o desempenho dos Governadores Civis tem um papel relevante, nomeadamente pela representação do Governo no distrito de Santarém, mas fundamentalmente pelo desempenho acrescido de quem tem responsabilidades na organização dos diferentes processos eleitorais. Paralelamente, e neste enquadramento eleitoral, como é notoriamente perceptível, os partidos políticos terão de preparar – internamente – a sua própria estratégia eleitoral, designadamente a selecção/aprovação de candidatos às eleições autárquicas e legislativas, onde o Partido Socialista é uma das partes interessada e participante, pelo que o papel da Federação Distrital de Santarém e do seu futuro líder, é a de um actor activo e interveniente. Adicionalmente, este é apenas o mais recente episódio das despropositadas, desajustadas e inadequadas declarações políticas do Governador Civil de Santarém, dado que ao longo destes últimos meses (até...) foi alimentando a expectativa de poder vir – ele próprio – ser candidato a uma Câmara Municipal no distrito de Santarém, designando com potencialmente apetecíveis os Municípios de Santarém, Tomar ou Ourém - todos eles liderados por autarcas sociais-democratas - de acordo

com várias entrevistas e testemunhos reproduzidos pela comunicação social regional. Afinal, parece que a acção do actual Governador Civil de Santarém, Paulo Fonseca, se constitui cada vez mais como a de um Comissário Político do Partido Socialista no distrito de Santarém em detrimento de um desempenho político que devia privilegiar a responsabilidade e o respeito pelo Estado e a representação do Governo na região. Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vimos requerer através de V. Exa., ao Senhor Ministro da Administração Interna resposta às seguintes perguntas:

1 - Está o Ministro da Administração Interna a admitir a possibilidade de aceitar que o Governador Civil de Santarém se mantenha em exercício, desempenhando funções acumuladas da representação do Estado e do Governo com aquelas outras que resultam das funções partidárias no Partido Socialista no distrito?

2 - Dado que o Governador Civil de Santarém admitiu publicamente que a decisão da acumulação das suas funções políticas se sujeitaria à superior decisão do Governo e da Direcção Nacional do Partido Socialista, questiona-se se foi o Ministro da Administração Interna contactado pelo Governador Civil de Santarém para obter autorização, acolhimento, ou assentimento para a eventualidade da representação do Governo no distrito de Santarém se confundir com os interesses distritais do Partido Socialista?

3. Aceita o Ministro da Administração Interna que a poucos meses de se iniciar um ciclo eleitoral decisivo, entre Maio e Outubro de 2009 – com Eleições para o Parlamento Europeu, Eleições Autárquicas e Eleições Legislativas – no qual os Governadores Civis são parte activa no processo eleitoral e estão sujeitos a um dever de independência político-partidária, que do ponto de vista ético e moral tal acumulação constitua uma incompatibilidade entre quem organiza eleições e representa o Governo nos vários distritos e quem selecciona/aprova candidatos e organiza eleições (designadamente autárquicas e legislativas) para o Partido Socialista?4. Será admissível que o Governador Civil de Santarém se possa desdobrar em sucessivas entrevistas e declarações públicas para alimentar a expectativa distrital do PS de poder vir a ser candidato a uma Câmara Municipal no distrito de Santarém sem que o Ministro da Administração Interna tome qualquer

posição política sobre esta conduta, designadamente quando o Governador Civil reitera a sua disponibilidade para uma eventual candidatura autárquica aos Municípios de Santarém, Tomar ou Ourém, todos eles liderados por autarcas sociais-democratas?5.

Está o Ministro da Administração Interna disponível para patrocinar a acção do actual Governador Civil de

Santarém que se constitui cada vez mais como a de um Comissário Político do Partido Socialista no distrito de Santarém em detrimento de um desempenho político que devia privilegiar a responsabilidade e o respeito pelo Estado e pela representação do Governo na região?  
- Os Deputados do PSD, Vasco Cunha, Miguel Relvas e Mário Albuquerque

### Notícias de Vila de Rei

## «Festa dos Solteiros» repete-se na sede do Conselho



Depois do sucesso alcançado em 2007, Vila de Rei voltou a receber uma festa que em apenas um ano se tornou já referência no concelho: a Festa dos Solteiros.

Realizada sábado, 20 de Setembro, no Parque de Feiras de Vila de Rei, a Festa trouxe ao convívio indivíduos das mais diversas idades e localidades: de novos a mais velhos e provenientes um pouco de toda a Região Centro, reuniram-se apenas solteiros, que será o mesmo que dizer quem não tem nenhum vínculo conjugal oficial, englobando por isso também viúvos e divorciados.

Nas entradas contaram-se mais homens do que mulheres, num total de aproximadamente 350 pessoas. A todos os solteiros foi oferecida uma pequena lembrança, um porta-chaves com coração anti-stress vermelho. Para a realização da Festa da Porca & Parafuso foi, ainda, entregue uma porca a cada mulher e um parafuso a cada homem, sendo quem conseguiu encontrar as porcas e parafusos correspondentes ganhou um jantar para 2 pessoas na Albergaria D. Dinis. Durante a noite, foi igualmente sorteado um fim-de-semana para 2 pessoas numa Pousada da Juventude de Portugal, prémio conquistado por um participante de Nisa.

Para animar a noite, Nelson António ditou os ritmos de dança e as tasquinhas complementaram o cenário, com a venda de comes & beberes, venda de flores e o serviço de Correio Secreto, em que eram deixadas mensagens especiais (anónimas ou não) a pessoas presentes do recinto.

Apesar de este ser apenas o segundo ano da Festa dos Solteiros, tanto os visitantes como a autarquia mostraram-se entusiasmados com a sua continuidade, pois “para além de inédita esta é uma festa muito divertida” refere um dos solteiros presentes. Já Paulo César Luís, Vereador da Câmara Municipal, encara a iniciativa como “o espelho da sociedade actual, em que há muitos solteiros e em que essa não é obrigatoriamente uma realidade triste. Pelo contrário, permite que todas as pessoas se divirtam à vontade e de forma descontraída. Penso que esta Festa já ganhou nome e tem capacidade para se tornar num grande marco a nível nacional.”

Para a próxima edição fica prometida mais animação e novas actividades no recinto, sempre com o intuito de fidelizar o público e aperfeiçoar aquela que é já uma festa de referência em Vila de Rei. - Gab. Imp. CM.VdeR

# Distrital do PSD lança campanha a exigir mais segurança

A partir de 16 de Setembro a Distrital de Setúbal do PSD iniciou a colocação de quatro outdoors na Península de Setúbal, nomeadamente nos concelhos de Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal, a exigir uma resposta eficaz do Governo em relação à insegurança que tem vindo a crescer não só na região, como em todo o País.

Nestes últimos meses, os portugueses têm assistido a crimes violentíssimos, alguns dos quais com vítimas mortais. Os assaltos à mão armada a bombas de gasolina e instituições bancárias também são uma constante. O fenómeno do carjacking está igualmente a tomar proporções alarmantes, sendo que praticamente todos os dias há notícias sobre esse tipo de crime.

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, considera que o Governo não se pode manter impávido e sereno perante o aumento da criminalidade violenta que assola todo o país e que se manifesta de uma forma ainda mais dramática na região de Setúbal.

Neste âmbito, foram pedidas várias reuniões com carácter de urgência às forças de segurança e à Governadora Civil do Distrito de Setúbal para saber quais as medidas que estão a ser preparadas para enfrentar o problema.  
-Gab. Imp. - PSD/Setúbal

## Bruno Vitorino quer medidas concretas contra aumento da criminalidade

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, exigiu no sábado respostas firmes e claras face ao aumento da criminalidade na região, criticando a passividade do



Governo.

Perante cerca de 300 social-democratas, entre os quais Pedro Passos Coelho e Miguel Frasquilho, que marcaram presença na Festa da Costa da Caparica, Bruno Vitorino salientou os vários problemas que o Distrito enfrenta, dando particular ênfase à questão da segurança.

Nesta iniciativa também esteve presente Sofia Galvão, vice-presidente do PSD, que lembrou que dentro de pouco tempo irão decorrer quatro eleições da maior importância, que acarretam “decisões para a melhoria da qualidade de vida”.

A dirigente nacional do PSD considera que 2009 será um ano pior. “O Governo PS é perigoso porque esconde, porque inventa. Diz o que quer quando convém. O problema do PS será quando encararem a realidade. Temos que estar preparados para dar resposta às expectativas dos portugueses”.

Por seu lado, Bruno Vitorino exige que o Estado “me dê garantias, enquanto cidadão, de poder andar livremente pelo meu bairro, pela minha cidade, pelo meu distrito, sem medo de ser assaltado”, acrescentando que este é “um problema do país, com particular incidência na região”.

“O Distrito de Setúbal tem sido alvo de um aumento da criminalidade

violenta. Temos assistido a crimes cometidos por pessoas que não dão valor à vida humana. Não podemos ficar impávidos e serenos perante isto. Temos que exigir medidas concretas do Governo”, sublinhou.

Bruno Vitorino lembrou que a Distrital de Setúbal do PSD lançou uma campanha de outdoors em relação à temática da insegurança, tendo também solicitado neste âmbito reunião com forças de segurança e com a Governadora Civil.

O dirigente social-democrata na sua intervenção referiu ainda “a dificuldade de implantação do PSD no Distrito de Setúbal”, enaltecendo a “força das convicções e o espírito combativo dos militantes, com o objectivo de quererem um maior e melhor Portugal e um maior e melhor Distrito”.

“Vamos contar com o esforço de todos os militantes de base. Vamos dar um excelente contributo na vitória do PSD nas próximas eleições legislativas e lutar para ganhar autarquias no distrito. Temos provas dadas. Em cada um de vós e em cada um de nós o PSD vai marcar o futuro”, afirmou.

## “PSD é a alternativa”

António Neves, presidente da Junta

de Freguesia da Costa da Caparica, salienta que “o PS está à espera que seja o PSD que diga qual o caminho a seguir, pois o silêncio que impera da parte do Governo é ensurdecador”, acrescentando ter sido o PSD que desbloqueou o Polis da Costa da Caparica e não o PS.

A actuação do Governo na colocação de areias nas praias da Costa também mereceu críticas do autarca social-democrata, pois no seu entender esta acção “não vai resolvendo o problema das praias da Costa da Caparica”.

António Neves acredita que só com o partido unido é que o PSD poderá alcançar a vitória em 2009, não tendo a mínima dúvida de que os social-democratas “são a alternativa”.

O presidente Comissão Política de Secção de Almada do PSD, Nuno Matias, defendeu que o próximo ano será “determinante” para Portugal, enquanto nação. “Queremos um ano diferente para o País e para o Distrito de Setúbal”.

Nuno Matias enalteceu ainda a determinação dos social-democratas nos objectivos de conquistar a vitória nas eleições que se avizinham.

- Gab Imp. PDD/Setúbal

Notícias de Sintra

# Mais de meio milhão para Educação

A Câmara Municipal de Sintra disponibilizou mais de meio milhão de euros aos agrupamentos de escolas e associações de pais, verba destinada à implementação de projectos educativos, prolongamento de horário e recursos humanos.

Em reunião do Executivo a autarquia aprovou as últimas propostas que agora totalizam 587.540€. A maior fatia deste montante, ou seja, 400.540€, destina-se exclusivamente a apoiar os projectos educativos (e consequentemente à implementação de actividades pedagógicas) dos agrupamentos de escolas e unidades educativas autónomas existentes no Concelho de Sintra (num total de 144 estabelecimentos de ensino, desde os jardins de infância ao secundário).

A segunda maior verba, de cerca de 100.000€, deverá ser aplicada pelos agrupamentos de escolas em projectos de natureza pedagógica/lúdica e também de vigilância em estabelecimentos da rede pública do 1º ciclo do ensino básico. Ou seja, este montante destina-se a pagar os salários de 94 pessoas que irão fazer vigilância (nos recreios e entradas nas escolas) e animação nas bibliotecas. As escolas passam, assim, a ter capacidade de recrutar directamente novos recursos.

Para a implementação do prolongamento de horário em 34 salas de jardins de infância da rede pública, a autarquia disponibilizou ainda cerca de 82.000€, enquanto a Federação das Associações de Pais do Concelho de Sintra (FAP Sintra) vai receber um subsídio de 5.000€ para o desenvolvimento de acções de formação dirigidas a auxiliares de acção educativa afectos à componente de apoio à família no pré-escolar.

## Dia Nacional da Água

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS-SINTRA) assinalam o Dia Nacional



da Água, dia 1 de Outubro, com a realização de um conjunto de iniciativas comemorativas, que incluem exposições, o lançamento de livros e um espectáculo de música.

Assim, teremos no Cascais Shopping, uma exposição que estará patente de 27 de Setembro a 5 de Outubro, das 10H00 às 23 horas.

Nos dois fins-de-semana em que estiver a patente a exposição, decorrem em paralelo ateliers de expressão plástica, artística, musical e de teatro.

No dia 1 de Outubro, pelas 10

horas, será lançado o livro infantil "Margot", da autoria de Valentino Capelo, Elisa Paulino e Joana Ratão.

No dia 4 de Outubro, no Palácio Valenças, pelas 17H00, será lançada a colectânea "Água na Poesia", uma recolha de poemas oitocentistas, com incidência na temática da água e ilustrado pela artista plástica Ivone Ralha.

No mesmo dia e local, pelas 18H00, haverá um concerto pelo pianista Domingos António, com entrada livre.

## PROGRAMA:

De 27 de Setembro a 5 de Outubro, todo o dia: exposição no Cascais Shopping

Dia 1 de Outubro, 10H00: 'Margot', no Cascais Shopping

Dia 4 de Outubro  
17H00: 'Água na Poesia', no Palácio Valenças

18H00: concerto de piano de Domingos António

Escolas de Sintra premiadas com «Bandeira Ambiental»

Trinta e uma escolas de Sintra vão

receber a Bandeira Verde, atribuída no âmbito do Projecto Eco-Escolas, que premeia os estabelecimentos de ensino que adoptam boas práticas ambientais. A cerimónia de entrega realiza-se no próximo dia 26 de Setembro, em Torres Vedras, a partir das 09h30, com as escolas do concelho a receberem o maior número de estandartes.

Sintra é o concelho com maior número de galardões, sendo que dos trinta e oito estabelecimentos de ensino que se candidataram, trinta e um foram galardoados com a Bandeira Verde.

Dos trinta e oito estabelecimentos de ensino de Sintra que se candidataram, trinta e um foram premiados com o Programa Eco-Escolas, sendo o maior número de galardões atribuídos a um concelho. Para este resultado contribuiu o apoio prestado pela autarquia que ao longo do ano ajudou a nível técnico as escolas-candidatas.

O Programa Eco-Escolas, implementado em Portugal desde o ano lectivo de 1996/97, é um programa internacional promovido anualmente pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), criado com o objectivo de incentivar e reconhecer o trabalho realizado pelos estabelecimentos de ensino no âmbito da educação ambiental.

Numa primeira etapa, as escolas candidataram-se ao programa e estabeleceram acções de sensibilização junto da comunidade, divulgando boas práticas ambientais onde foram abordados temas como a água, resíduos, energia e alterações climáticas.

No ano lectivo de 2007-08 estiveram inscritas no programa mais de 750 escolas de todos os graus de ensino, prevendo-se a atribuição da Bandeira Verde Eco-Escolas a cerca de 500 estabelecimentos de ensino.

Mais informações em <http://www.abae.pt/programa/EE/inicio.php>

## Beneficiação de arruamentos e colectores em Massamá

A freguesia de Massamá vai ser alvo de obras de beneficiação de arruamentos e colectores e da criação de zonas verdes e de locais para estacionamento, que visam proporcionar mais comodidade aos utentes e contribuir igualmente para o embelezamento da zona.

Neste âmbito, são criados novos passeios e parques de estacionamento na Rua Marquesa Olga do Cadaval e um parque de estacionamento no entroncamento da Rua Direita com a Rua Natália Correia, em Massamá.

Esta obra tem um prazo de execução de três meses. – **Gab. Imp. CMS**



Notícias dos Açores

## Costa Neves diz que César “tem medo” de debate a dois

O líder do PSD/Açores considerou hoje que o presidente do PS está a “fugir” à realização de um debate a dois, alegando que o dirigente socialista “tem medo desse confronto”.

“Carlos César foge ao confronto porque está cheio de si e porque tem medo desse confronto”, afirmou Costa Neves, em conferência de imprensa.

O líder social-democrata e candidato a presidente do governo salientou que o debate a dois não se realiza porque o presidente do PS “tem coisas a esconder e tem medo do confronto de projectos, de personalidades e capacidades”.

“Provavelmente, [Carlos César] recorda confrontos entre nós os dois quando estávamos na Assembleia Legislativa dos Açores, em que ele não ganhou um debate durante uma série de anos”, sublinhou.

Para o presidente do PSD/Açores, “não há outra razão” que justifique a não realização do debate entre os dois candidatos.

Costa Neves reafirmou que, para além de um debate com o presidente do PS, está “disponível para todos os debates” a dois com os restantes líderes partidários.

O líder social-democrata frisou que debates entre os dois principais candidatos “acontecem em todas as democracias estabilizadas” e recordou, ainda, que há menos de um ano a rádio e televisão públicas promoveram um debate entre os dois candidatos à liderança do PSD/Açores.

### PSD alerta para “diminuição preocupante” da produção de leite

O PSD/Açores alertou para a “diminuição preocupante” da produção de



leite nas ilhas de São Jorge, Corvo, Flores e Faial e garantiu que um governo social-democrata vai implementar planos específicos para inverter esta tendência.

Em comunicado, o porta-voz do partido para a Agricultura, António Ventura, salientou que, desde 2005, “se tem verificado uma diminuição preocupante dos quantitativos de produção de leite nestas ilhas, o que terá impactos negativos, designadamente, acelerando a desertificação humana”.

“Contrariamente ao que o governo tem anunciado, a produção de leite nas ilhas de São Jorge, Corvo, Flores e Faial está em permanente queda. Ano após ano a produção de leite está a diminuir”, afirmou.

Segundo o porta-voz do PSD/Açores para a Agricultura, em Julho deste ano a produção de leite em São Jorge “diminuiu cerca de 12 por cento” em relação ao mesmo período de 2006, “acontecendo o mesmo no Faial ou, ainda, no Corvo, cuja produção desceu cerca de 60 por cento”.

Para António Ventura, “deve ser implementado um plano específico para cada ilha, tendo em conta as potencialidades e os constrangimentos de cada uma”.

O dirigente social-democrata salientou que esse plano deve contemplar “uma nova orientação para as compras administrativas de produção, um programa próprio para o rejuvenescimento agrícola, medidas para o emparcelamento, uma formação e informação de proximidade e uma nova abordagem a novas áreas de negócio para o agricultor”.

“Se não existirem planos específicos a indústria transformadora está condenada a desaparecer, o que implica a perda de população. Para o PSD, o subsector da produção de leite nos Açores apresenta constrangimentos, mas igualmente apresenta um grande quadro de oportunidades”, sublinhou.

– Fonte: Gab. Imp. PSD/ALRA

# O Conselho Nacional dos TSD hoje reunido em Santarém, tomou as seguintes decisões:

## 1. Código do Trabalho

A Proposta de Lei 216/X – Código do Trabalho, que o Governo apresentou no Parlamento e que já foi aprovada na generalidade, não tem o apoio dos TSD, porque viola o acordo celebrado na concertação social, ao introduzir alterações que não foram negociadas e ao ignorar propostas que tinham sido acordadas.

Estes desvios do governo são todos no sentido desfavorável ao trabalhador.

Esta revisão socialista é neo-liberal, desequilibra as relações laborais, agrava a precariedade e fragiliza o princípio da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Ao contrário das vozes que defendem a total desregulamentação das relações do trabalho e os baixos salários para a economia portuguesa ser mais competitiva e passar a convergir com os nossos parceiros europeus, os TSD rejeitam que os direitos laborais e sociais possam ser invocados - numa sociedade participada e equilibrada como é o modelo europeu - como obstáculo à produtividade e competitividade da economia.

É neste quadro que os TSD reclamam que o Governo cumpra os termos da revisão do Código do Trabalho acordados na concertação social e que manifeste disponibilidade para aceitar propostas em sede de discussão na especialidade, para tornar a lei socialmente mais justa e equilibrada.

## 2. Situação Económica e Social – fracasso socialista

O Primeiro Ministro está rendido à velha máxima de que “uma mentira mil vezes repetida, acaba por se tornar verdade”!

De facto, ao repetir em todas as oportunidades que fala aos portugueses que a situação económica e social que o país atravessa se deve à recente crise internacional, o governo socialista quer branquear 3 anos e meio de políticas erradas e aparecer aos eleitores, em 2009, com o álibi perfeito. Mas nada mais falso!

Com uma enorme folga, forjada pelas contas do governador do Banco de Portugal, por causa do défice previsível de 2005, o governo impôs aos trabalhadores e às empresas (micro, pequenas e médias) o maior aumento da carga fiscal jamais visto em Portugal e em toda a Europa. Apesar da propaganda do governo, a despesa do Estado continua a subir, em termos nominais, pelo que a “correção do défice” foi feita à custa dos sacrifícios de todos, e não por mérito do Governo.

Por outro lado, o Governo reduziu

salários e pensões e congelou as carreiras na Função Pública e, quase quatro anos depois, continuam a perdurar e com a perspectiva de um agravamento para 2009. Mas, imagine-se, ao mesmo tempo que o governo socialista reduziu os custos com o pessoal, arranjou novas despesas para alimentar a sua clientela insaciável, onde os famosos pareceres e consultadorias engolem centenas de milhões e trazem “água no bico”.

As micro, pequenas e médias empresas estão exaustas, muitas delas praticamente falidas, as classes médias empobrecidas e as famílias, como o país, endividadas como nunca.

Cada vez há mais portugueses atingidos pela pobreza e cada vez há mais riqueza concentrada nuns poucos. Este é o retrato nu e cru da governação socialista.

O Primeiro-Ministro sabe de tudo isto, pelo que afirmar que as dificuldades não são consequência das suas políticas erradas, mas sim da crise internacional, é mentir conscientemente a 10 milhões de portugueses.

## 3. Desmistificar os 133.700 empregos “criados” pelo 1º Ministro

Em plena reentré política, Sócrates veio anunciar, urbi et orbi, que a meta da criação dos 150 mil postos de trabalho estava praticamente atingida, pois já tinham sido criados 133,7 mil no decurso da actual legislatura. Tal não corresponde minimamente à verdade.

Àqueles 133,7 mil postos de trabalho anunciados por José Sócrates, há que retirar 36 mil postos de trabalho de pessoas que, embora residindo em Portugal, arranjam emprego e trabalham no estrangeiro. De facto, no primeiro trimestre de 2005, cerca de 27,5 mil residentes em Portugal trabalhavam no estrangeiro, enquanto no final do 2º trimestre de 2008 eram 63,3 mil portugueses que se encontravam nessa situação.

Ou seja, 36 mil, cerca de 30% desses empregos anunciados pelo Primeiro Ministro, foram criados no estrangeiro, com particular destaque para a Galiza, Badajoz e Ayamonte.

Os boletins do Eurostat, dos meses de Junho e Julho, também se encarregam de desmentir categoricamente a versão optimista governamental. De facto, entre o 3º trimestre de 2005 e o 2º trimestre de 2008, em Portugal, a criação de emprego foi de 0,3 %, enquanto que na zona euro foi de 1,5 %, o que diz bem do fraco crescimento económico português e da quase nula criação de emprego.

Outro facto objectivo é o da qualidade do emprego criado – a maioria dos empregos criados são sub-emprego. A população empregada aumentou entre

os segundos trimestres de 2005 e 2008 em cerca de 96 mil pessoas. Destas, cerca de 28 mil (30 % desse valor) correspondem a pessoas que trabalham entre 1 a 10 horas por semana. E cerca de 40 mil (cerca de 42 %) correspondem a pessoas com um emprego parcial.

Impõe-se, por isso, desmistificar os 133,7 mil postos de trabalho “criados” por José Sócrates:

- cerca de 36.000 trabalham no estrangeiro;
- cerca de 28.000 têm um emprego com uma duração semanal de trabalho inferior a 11 horas;
- cerca de 40.000 estão empregados a tempo parcial;
- 29.700 empregos são de serviços, essencialmente em áreas comerciais e call-centers.

Por último, o aumento do desemprego entre os detentores de um grau académico. Entre 2005 e 2007 o desemprego de pessoas com grau académico aumentou de 46,2 mil para 59,3 mil pessoas, sendo que, de acordo com os dados do INE, no segundo trimestre de 2008, a taxa de desemprego situava-se em 5,8%.

Os dados expostos demonstram bem que a quantidade de emprego é inferior à anunciada pelo governo, como também

põem em evidência a precariedade e a baixa qualificação dos empregos criados.

Apesar disso, vamos de certeza continuar a assistir às manifestações de propaganda oficial de um Governo já despudoradamente em campanha eleitoral, procurando convencer os mais incautos que Portugal é o país das maravilhas.

Vamos também assistir à utilização das avultadíssimas verbas do QREN, oito mil milhões de euros para, através das acções de formação profissional, retirar pessoas ao número de desempregados e classificá-las como “empregadas”.

A forma como esses recursos do QREN estão a ser distribuídos, deixam as maiores dúvidas quanto ao rigor, à isenção e transparência desse processo, tal como o calendário dessas acções de formação, ao ser atrasado em 18 meses e o seu arranque coincidir com o ano de três importantes eleições, suscita as mais fundadas suspeitas.

Não é este o emprego que queremos nem é com este emprego que se faz o relançamento da nossa economia. Por isso, não nos podemos resignar a este Portugal “faz de conta”, produto da governação socialista. - **Santarém, 27 de Setembro de 2008**

## Trabalhadores Sociais-Democratas reúnem em Conselho Nacional em Santarém

Os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), reuniram em Conselho Nacional, “desmistificaram” o anúncio do primeiro-ministro de criação de 133.700 dos 150.000 postos de trabalho prometidos para a legislatura, sublinhando que, na sua maioria, trata-se de “sub-emprego”.

O secretário-geral dos TSD, Arménio Santos, disse à agência Lusa que o estudo realizado, “com base em dados estatísticos”, visou demonstrar que o primeiro-ministro socialista, José Sócrates, “está a falsear números” e “a reclamar para si criação de emprego a que o Governo é alheio”.

“O primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou que, desses 150.000 que prometeu, foram já criados 133.700 postos de trabalho, mas na realidade eles correspondem na sua maioria a situações de sub-emprego”, afirmou.

Segundo disse, numa comparação dos números de portugueses a trabalhar no estrangeiro no primeiro trimestre de 2005 (27,5 mil) com os relativos ao segundo semestre de 2008 (63,3 mil), os TSD concluíram que “há mais 36.000 pessoas a trabalhar no estrangeiro”, sobretudo na Galiza, Badajoz e Ayamonte.

Por outro lado, há 28.000 pessoas a trabalhar entre uma a dez horas por semana e 40.000 empregadas a tempo parcial, fazendo com que sejam consideradas activas.

A esses números, os TSD acrescentam as 29.700 pessoas a trabalhar em centros comerciais e call centers.

“Tudo somado dá os 133.700 postos de trabalho anunciados” pelo Governo, afirmou, considerando que o que o primeiro-ministro invocou “como um grande feito” não é mais que “uma mistificação, uma mentira”.

Arménio Santos apontou “outra engenharia” em curso com as verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Segundo disse, o Governo atribuiu os primeiros 2.500 milhões de euros, dos 8.000 milhões para formação, pelas escolas e instituições que fazem formação profissional, porque os desempregados e jovens que frequentem essas acções tornam-se activos reduzindo os números do desemprego nas estatísticas.

“Esta estratégia de recorrer ao QREN é uma forma administrativa e de engenharia habilidosa para fazer descer o desemprego”, afirmou. – **Fonte: Lusa**



# José Alfredo Oliveira apologista de reactivar os Conselhos Municipais de Juventude

Na última reunião municipal, abordou um tema muito importante para a população mais jovem e que sempre esteve nas primeiras linhas das preocupações da JSD, afirmando:

Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República afirmou, aquando da comemoração solene do 34º aniversário do 25 de Abril, que “há uma notória insatisfação dos portugueses com o funcionamento da sua democracia”, sendo também este o sentimento que aumenta alarmantemente no seio da juventude portuguesa.

É bastante claro para todos nós, que o fosso existente entre os jovens e a sua participação na vida pública, principalmente na política é enorme e, esta não participação, tem tendência a aumentar, pelo que é urgente alterar este sério panorama onde todos temos responsabilidades.

Aos partidos políticos esta responsabilidade é acrescida. Mas deixando a política nacional de lado, partidos políticos, que possuem aqui responsabilidades muito claras no combate ao alheamento dos jovens. No fundo, no combate à indiferença que muitos jovens têm pelo futuro do seu concelho, do seu País. Tal deve-se, em



boa medida, ao facto de não ter havido o necessário esforço da maioria para a credibilização da vida política. Esse esforço não dispensa algo de muito simples: ouvir o povo e falar-lhe com verdade. Vender ilusões não é, seguramente, a melhor forma de fortalecer o imprescindível clima de confiança que deve existir entre os jovens e a classe política.

A melhor das medidas para

fortalecer a democracia representativa, na opinião do PSD e da JSD, única organização política de juventude em Ponte da Barca, passa pelo papel que os jovens podem ter na sua comunidade, reforçando-o nas responsabilidades que podem assumir, nas decisões em que se podem envolver, nas capacidades que desenvolvem e na sua participação na vida associativa e política.

Aqui, assume importância a figura do Conselho Municipal de Juventude, pois proporciona essas oportunidades de participação nas decisões que lhes dizem respeito, fomentando o exercício de uma cidadania activa e consolidando a própria democracia representativa.

Segundo a Carta Europeia do Conselho da Europa sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional e do Pacto Europeu de Juventude, a participação juvenil nas instituições democráticas é apontada como essencial para o funcionamento das democracias e para a sustentabilidade das políticas que têm impacto na vida dos jovens.

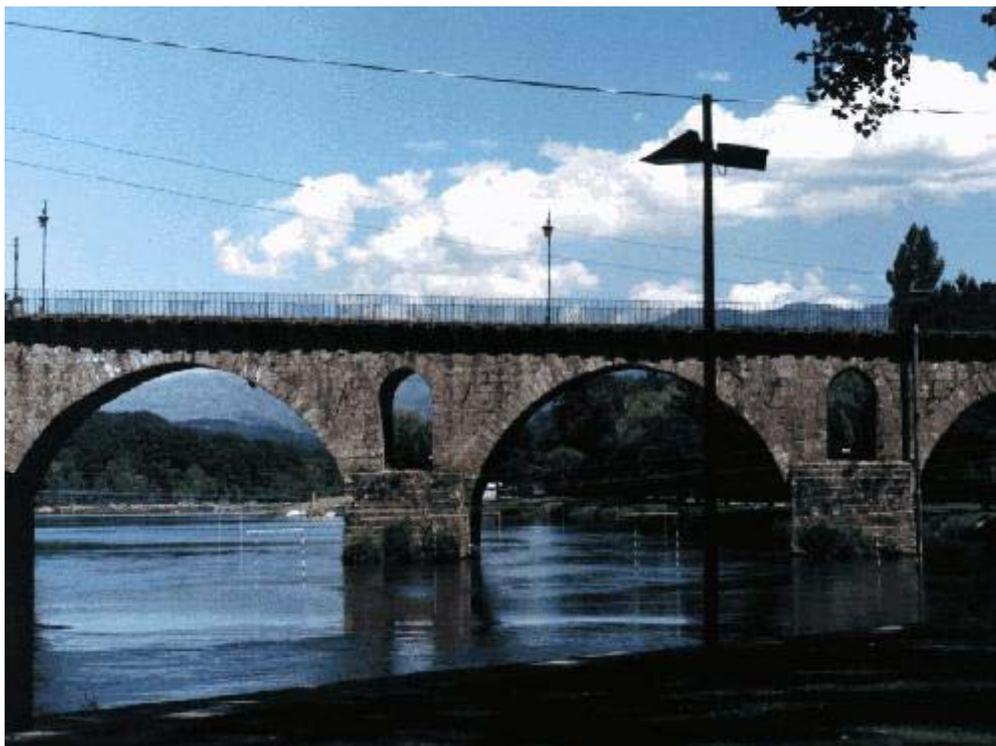
Assim sendo, vale a pena referir que o anterior executivo do PSD, sempre interessado nas questões que aos jovens diziam respeito, elaborou e apresentou em Maio de 2004 o regulamento do primeiro Conselho Municipal de Juventude em Ponte da Barca, entretanto deixado ao completo abandono e esquecimento.

Embora o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude esteja a ser alvo de alterações, por força do Projecto de Lei n.º 430/X, estas estão a causar um enorme atraso na reactivação dos Conselhos Municipais de Juventude, pelo que a urge reatar as relações do poder político com os jovens.

Baseado nessa preocupação e na constatação da inexistência de qualquer relação institucional entre o poder político e os jovens, apresento a Vossas Excelências a proposta de integração, discussão e aprovação na ordem de trabalhos da reactivação do Conselho Municipal de Juventude de Ponte da Barca.

Senhoras e Senhores Deputados, em vez de nos interrogarmos tanto sobre o que o futuro trará aos jovens de hoje, seria melhor que nos concentrássemos sobre o que poderemos trazer ao presente. O futuro começa agora. O futuro será o que dele fizermos hoje, nas nossas vidas profissionais e pessoais, nos nossos comportamentos cívicos, mas sobretudo nas nossas atitudes perante os outros.

Ao invés de imaginar o dia de amanhã, em lugar de procurarmos sinais nas estrelas de um futuro incerto, reconstruamos hoje mesmo o que queremos para uma Ponte da Barca melhor e os jovens de hoje serão o sustentáculo da sociedade de amanhã. É, essa argúcia, que devemos ter presente no exercício das funções para as quais fomos investidos. Muito Obrigado!





## ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Outubro de 2008, (quinta-feira) pelas 21h30, no Auditório Municipal de Arrudas dos Vinhos, sito no Palácio do Morgado, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 Análise da situação política actual  
2 Outros assuntos de interesse.

## BENEDITA/ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2008, pelas 18H00 na sede do Núcleo, Rua da Serradinha, 1º Dtº., com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política e Mesa do Núcleo da Benedita.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto Eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia eleitoral ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 20H00

## CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 16 de Outubro de 2008, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 Informações  
2 Autárquicas/2009  
3 Análise da situação política.

## COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Coimbra do PSD, para a Eleição dos órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 21 de Novembro de 2008, pelas 17H00, em todas as sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos  
Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais.

- a) - Mesa de Assembleia Distrital;  
b) - Comissão Permanente Distrital;  
c) - Conselho de Jurisdição Distrital;

d) - Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As Listas candidatas aos órgãos Distritais deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto Eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o possa substituir estatutariamente, na sede da distrital sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 23, em Coimbra.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 22H00.

Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes:

**ARGANIL** – Sede do PSD - Largo Padre Manuel Vasconcelos,

**CANTANHEDE** – Sede do PSD - Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio, 2º andar – Sala 11,

**COIMBRA** – Sede do PSD - Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 23

**CONDEIXA-A-NOVA** – Casa do Povo de Condeixa-a-Nova

**FIGUEIRA DA FOZ** – Sede do PSD - Av. da Liberdade, nº 6,

**GÓIS** – Junta de Freguesia de Góis **LOUSÃ** – Auditório da Biblioteca Municipal, Av. Coelho da Gama

**MIRA** – Sede do PSD - Av. 25 de Abril – Galerias de Mira

**MIRANDA DO CORVO** – Sede do PSD – Rua Belizário Pimenta

**MONTE-MOR-O-VELHO** – Sede do PSD – Praça da República, nº4

**OLIVEIRA DO HOSPITAL** – Sede do PSD – Rua Prof. Dr. António Ribeiro Graça Vasconcelos, nº17

**PAMPILHOSA DA SERRA** – Sede do PSD – Estrada dos Lobatos

**PENACOVA** – Sede do PSD - Edifício Penedo Raso r/c,

**PENELA** – Salão dos Bombeiros Voluntários de Penela

**SOURE** – Sede do PSD - Travessa das Carvalhosas

**TÁBUA** – Sede do PSD – Rua Dr. Castanheira Figueiredo

**VILA NOVA DE POIARES** – Sede do PSD – Av. Manuel Coelho

## ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 03 de Outubro de 2008, (sexta-feira) pelas 21h30, nas instalações dos Bombeiros Voluntários, sita no Largo dos Combatentes, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1. Informações e actividades  
2. Análise da situação política.

## GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 30 de Outubro de 2008, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 Informações  
2 Análise da situação política.

## GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Distrital da Guarda, para reunir, no próximo dia 08 de Outubro de 2008, (quarta-feira) pelas 21h00, no auditório Jacinto Ramos, Av. Heróis de S. Marcos em Trancoso, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 - Análise da situação política nacional  
2 – Análise às recomendações do Conselho Nacional  
3 – Outros assuntos

## LONDRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Londres para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2008 (Sábado), pelas 14H00, no 587 Wandsworth Road London SW83JD, com a seguinte

Ordem de trabalhos:  
Ponto único – Eleição da Mesa e Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14H00 às 16H00

## SABUGAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Sabugal, para reunir no próximo dia 10 de Outubro de 2008, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Maria Manso, nº 6 – 1º Dtº., com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1- Eleições autárquicas 2009  
2- Análise da situação política  
3 Outros assuntos

## SECÇÃO D/LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção D de Lisboa, para reunir, no próximo dia 08 de Outubro de 2008, (quarta-feira) pelas 20h30, na sala Terraço das Estrelas do Hotel Comfort Inn Embaixador, sito na Av. Duque de Loulé, nº 73 (frente à sede da Secção), com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 Informações  
2 Análise da situação política.  
3 Apresentação do plano de actividades para o último trimestre de 2008

## SETUBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 10 de Outubro de 2008, (sexta-feira) pelas 21h00, no Clube Náutico Al Foz, sito na Av. D. Manuel I, em Alcochete, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 Apreciação e aprovação do projecto de alteração ao Regulamento Interno  
2 Apreciação e aprovação do projecto de Estratégia Autárquica  
3 Informações  
4 Análise da situação político - partidária

## VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir em sessão plenária, no dia 07 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Praça da República, 7, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 Informações prestadas pela Comissão Política;  
2 Análise da situação política.

## Vila Pouca de Aguiar

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Pouca de Aguiar, para reunir em sessão plenária, no dia 18 de Outubro de 2008, (sábado) pelas 14h30, na sede, sita na Rua Prof. Mota Pinto, 10, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos  
1 - Análise da situação política nacional  
2 – Análise da situação política local  
3 – Outros assuntos de interesse



## DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos demais Regulamentos da JSD, venho por este meio convocar os Plenários de Secção, que de seguida fazemos referência:

### Alcochete

Ordem de Trabalhos: Eleição de 2 Conselheiros Distritais  
Data: 1 de Novembro  
Hora do início dos trabalhos: 15h30m

Local: Sede concelhia do PSD/ Alcochete

Horário de votação: 16h às 17h

### Almada

Ordem de Trabalhos: Eleição de 18 Conselheiros Distritais  
Data: 2 de Novembro  
Hora do início dos trabalhos: 19h30m

Local: Sede concelhia do PSD/ Almada

Horário de votação: 20h Às 23h



### Barreiro

Ordem de Trabalhos: Eleição de 9 Conselheiros Distritais  
 Data: 2 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 19h30m  
 Local: Sede concelhia do PSD/Barreiro  
 Horário de votação: 20h às 22h

### Grândola

Ordem de Trabalhos: Eleição de 3 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 15h  
 Local: Sede concelhia do PSD/Grândola  
 Horário de votação: 15h30m Às 16h30m

### Moita

Ordem de Trabalhos: Eleição de 3 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 15h30m  
 Local: Sede Concelhia do PSD/Moita  
 Horário de votação: 16h às 17h

### Montijo

Ordem de Trabalhos: Eleição de 8 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 17h30m  
 Local: Sede Concelhia do PSD/Montijo  
 Horário de votação: 18h Às 19h

### Palmela

Ordem de Trabalhos: Eleição de 4 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 17h  
 Local: Sede Concelhia do PSD/Palmela  
 Horário de votação: 17h30m Às 18h30m

### Santiago do Cacém

Ordem de Trabalhos: Eleição de 3 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 17h  
 Local: Sede Concelhia do PSD/Santiago do Cacém  
 Horário de votação: 17h30m Às 18h30m

### Seixal

Ordem de Trabalhos: Eleição de 22 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 17h30m  
 Local: Sede concelhia do PSD/Seixal

Horário de votação: 18h às 21h

### Sesimbra

Ordem de Trabalhos: Eleição de 8 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 17h  
 Local: Sede Concelhia do PSD/Sesimbra  
 Horário de votação: 17h30m Às 18h30m

### Setúbal

Ordem de Trabalhos: Eleição de 12 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 16h30m  
 Local: Sede concelhia do PSD/Setúbal  
 Horário de votação: 17h Às 19h

### Sines

Ordem de Trabalhos: Eleição de 7 Conselheiros Distritais  
 Data: 1 de Novembro  
 Hora do início dos trabalhos: 15h  
 Local: Sede concelhia do PSD/Sines  
 Horário de votação: 15h30m Às 16h30m

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Neuza Alves Salgueiro)

### CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos demais Regulamentos da JSD, venho por este meio convocar o Conselho Distrital Eleitoral, para reunir no dia 15 de Novembro de 2008, pelas 14h30, no Auditório da Pousada da Juventude de Almada (no Pragal), com a seguinte ordem de trabalhos

- 1- Apresentação de Relatório de Actividades e Contas da Distrital Cessante;
- 2- Apresentação e Debate das Moções;
- 3- Eleição dos órgãos Distritais;
- 4- Tomada de Posse

Nota:  
 Horário de votação: 17h30m às 18h30m

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Neuza Alves Salgueiro)

Por lapso dos serviços as convocatórias da JSD/Lisboa pertencem ao Povo Livre de 24 de Setembro de 2008.

### SECÇÃO F

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da **Secção F** da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 25 de Outubro na sede da Secção, sita na Rua da Aliança Operária n.º 66-A, 1300-049 Lisboa, pelas 21 (vinte e uma) horas, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário e

da Comissão Política de Secção da JSD;

Notas:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. As urnas estarão abertas por um período de 2 (duas) horas

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD (Daniel Fangueiro)

### SECÇÃO DE VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da **Secção de Vila Franca de Xira** da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 25 de Outubro na sede da Secção, sita na Rua da Praia n.º 63, 2600-223 Vila Franca de Xira, pelas 20 (vinte) horas, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD;

Notas:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. As urnas estarão abertas por um período de 3 (três) horas.

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD (Daniel Fangueiro)

### SECÇÃO DE OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da **Secção de Oeiras da JSD Lisboa**, para reunir no próximo dia 25 de Outubro na sede da Secção, sita no Largo Avião Lusitânia n.º 15, 2780-203 Oeiras, pelas 18 (dezoito) horas, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD;

Notas:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem

estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. As urnas estarão abertas por um período de 5 (cinco) horas

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD (Daniel Fangueiro)

### SECÇÃO DE AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da **Secção de Azambuja** da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 25 de Outubro na sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa, pelas 16 (dezasseis) horas, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD;

Notas:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. As urnas estarão abertas por um período de 2 (duas) horas

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD (Daniel Fangueiro)

### ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Anadia, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2008, pelas 17 horas, na Sede do PSD/Anadia, sita na Alameda Bombeiros Voluntários (s/n, por cima da Pastelaria Riviera), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

O Presidente da Mesa (Rui Manuel da Costa Soares)



### VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vizela, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2008, pelas 19 horas, na Sede da JSD/Vizela, sita na Rua Fonseca e Castro, n.º 7, na Freguesia de S. João, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário de Secção de Vizela.

Nota:

a) As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

b) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na sede do Órgão respectivo até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa Assembleia Distrital

(João Sá Nogueira)

### MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Manteigas, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2008, pelas 15 horas, na Sede do PSD/Manteigas, sita no Largo Dr. João Isabel, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário de Secção de Manteigas.

Nota:

a) As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

b) As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

(Nelson Costa)

### CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos Regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Lisboa, para reunir no próximo dia 20 de Outubro de 2008, com início às 20 horas, no Auditório da Sede Nacional do PSD, para o efeito da continuação do acto eleitoral iniciado no dia 15 de Setembro de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD.

Nota:

O acto eleitoral ocorrerá entre as 20 horas e as 23 horas no Auditório da Sede Nacional do PSD.

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD

(Daniel Fangueiro)